



REVISTA DO

CONSELHO

DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

EDIÇÃO 19 ANO V / MARÇO DE 2019



DEZESSETE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA TÊM NOVA GESTÃO

Eficiência jurisdicional, transparência, rigor no controle orçamentário e estímulo à conciliação estão entre as prioridades das diretorias



Solução consensual

Conselho defende a pacificação nacional para superar a crise política

Encontro na Bahia

Reunião de presidentes dos Tribunais de Justiça marca os 410 anos do TJBA

Em defesa da Magistratura

Desde 1992, Conselho dos Tribunais luta por Justiça eficiente no Brasil

SAVE THE DATE

OCTOBER 16 – 19

COMING SOON



Haia  **HCCCH**

Conference on
Apostille Convention

BRAZIL 2019



CNJ CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA
www.cnj.jus.br


Associação Nacional de Registradores de Imóveis
www.anoreg.org.br
Information: apostila@anoregbr.org.br


MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES
www.itamaraty.gov.br

APRESENTAÇÃO

EDIÇÃO 19 ANO V / MARÇO DE 2019

Caminhar juntos para chegar juntos

Em março de 2019, o Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), o mais antigo das Américas, celebra 410 anos. Instalado em 1609 com o nome de Tribunal de Relação do Estado do Brasil, também chamado de Relação da Bahia, o órgão tinha a função de atuar de forma colegiada para diminuir os poderes dos ouvidores do Brasil. A denominação de Tribunal de Justiça do Estado da Bahia foi adquirida somente com a Constituição Federal de 1946.

A ocasião festiva é motivo de orgulho e celebração para o Tribunal baiano. Sinto-me orgulhoso e extremamente feliz, porque estou tendo a oportunidade de não somente participar dessa comemoração, como também de estar presidindo a Corte. Fico feliz de também poder organizar e levar a efeito essa festa dos 410 anos de existência.

Para marcar a história quadricentenária do Poder Judiciário, contamos com o apoio da Comissão Organizadora dos Eventos de Comemoração dos 410 anos, formada por magistrados e servidores do TJBA, para uma comemoração especial. Instituída pelo Decreto Judiciário nº 698, de 17 de outubro de 2018, a Comissão tem à frente os Desembargadores Livaldo Reiche, na Presidência; e Maria da Purificação da Silva, representando a Comissão de Memória. Além dos Desembargadores, integram o gru-

po: a Juíza Rita de Cássia Ramos de Carvalho, Assessora Especial da Presidência II – Assuntos Institucionais; e os Servidores: Iramar Viana Martinez de Almeida, Secretária-Geral da Presidência; Sandra Mary Couto Dias Santos, Assessora do Cerimonial da Presidência; e Moisés Bisesti de Queiroz, Assessor de Comunicação Social. O desenvolvimento dos trabalhos conta também com a colaboração de servidores de outros setores.

A 116ª edição do Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça do Brasil, prevista para março, nos dias 14 e 15, será realizada na Bahia, em comemoração aos 410 anos do Judiciário baiano. O Encontro reúne os presidentes de tribunais do país com o intuito de discutir os rumos do Poder Judiciário e compartilhar projetos para o fortalecimento da magistratura e aprimoramento da prestação jurisdicional.

Os presidentes, que são gestores em seus tribunais, precisam discutir os pontos necessários para as reformas com o objetivo de levar os pleitos aos legisladores e às autoridades do próprio Judiciário, do Conselho Nacional de Justiça e do Supremo Tribunal Federal para melhorar a prestação jurisdicional. A Bahia está unida com esse propósito e esperamos todos para o próximo encontro, que será em nosso Tribunal.

“

Os presidentes, que são gestores em seus tribunais, precisam discutir os pontos necessários para as reformas, para melhorar a prestação jurisdicional. (...) A Bahia está unida com esse propósito e esperamos todos para o próximo Encontro.



DES. GESIVALDO BRITTO
Presidente do Tribunal de
Justiça da Bahia (TJBA)



As ações comemorativas incluem também o lançamento de um novo livro institucional, elaborado com o apoio do Instituto Justiça & Cidadania, com vistas a registrar a história dos 410 anos do Judiciário baiano. Além disso, está prevista a realização de cerimônia para a entrega de medalhas a servidores, magistrados, autoridades locais, nacionais e internacionais.

No período em que são festejados os 410 anos do TJBA, também é comemorado o primeiro ano da nossa gestão, marcado por muitas realizações. Inúmeros foram os projetos desenvolvidos e os êxitos alcançados: obras do prédio anexo; Semanas Justiça Pela Paz em Casa; Projeto Unijud Digital; Projeto Pai Presente; Semanas de Sentenças e Baixas; Outubro Rosa; Novembro Azul; Semana da Conciliação; Mês do Júri; Cejusc Itinerante; Mutirão de Interdição; Informativo TJBA; Mutirão de Adoção; Mês do Servidor; Programa Vai; Cursos da Universidade Corporativa do TJBA; Incremento da Rádio Web TJBA; Projeto História de Vida. Impossível listar todas as realizações do primeiro ano da gestão. Importante é registrar que todas as ações só foram possíveis graças ao empenho e compromisso de todos: servidores e magistrados. Assim, expresso a minha gratidão a todos que agregaram valor ao Tribunal de Justiça.

Para coroar esse frutífero período, em dezembro de 2018, o TJBA, mais uma vez, alcançou a Categoria Ouro no Selo Justiça em Números, premiação concedida pelo Conselho Nacional de Justiça. A honraria premia os tribunais que mais investem na excelência da produção, gestão, organização e disseminação de suas informações administrativas e processuais. A Corte do Judiciário baiano alcançou 85,17% da pontuação total, o que representa um incremento de 14,49%, considerando o

expressivo resultado do ano anterior.

A busca por esse reconhecimento foi iniciada na gestão da Desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago (2016/2018), culminando com a conquista inédita do Selo Ouro em 2017. Nesta atual gestão, reafirmei o compromisso em manter a qualidade da informação prestada, além de reforçar os investimentos no 1º Grau. Essa premiação significa o reconhecimento do trabalho desenvolvido.

Valorizar o Servidor, priorizar o Primeiro Grau, fortalecer e melhorar a prestação jurisdicional é a nossa missão nestes dois anos de gestão.

Ademais, ainda no referido mês, durante o "Café com a Imprensa", realizado pela Assessoria de Comunicação Social do TJBA, a Presidência lançou o slogan "TJBA Todos Juntos – Servidores, Magistratura, Presidência e você: caminhar juntos para chegar juntos". Este é o lema da gestão deste biênio. A frase ressalta a importância da atuação conjunta e valorização de servidores, magistrados e toda a sociedade na construção do Judiciário.

A relevância da continuidade do trabalho em equipe evidenciou metas e projetos vindouros. Primeiramente, darei seguimento às atividades desenvolvidas pela gestão até agora; incrementarei os projetos já em andamento; e deixarei a gestão mais enxuta em termos orçamentários. Para melhorar ainda mais a prestação do Judiciário, novos projetos serão executados, como a construção de fóruns. Se algumas obras não forem concluídas nesta gestão, serão finalizadas no mandato do próximo Presidente. Porque eu entendo a administração como continuidade. Tenho o objetivo de olhar para trás e dizer: obrigada, meu Deus! Obrigada, equipe seleção de ouro; colocar a cabeça no travesseiro e dizer: 'vim, vi e venci' e cumpri o meu desiderato, encerrando minha vida pública de maneira, o mais possível, brilhante.

“

A relevância da continuidade do trabalho em equipe evidenciou metas e projetos vindouros. (...) Para melhorar ainda mais a prestação do Judiciário, novos projetos serão executados, como a construção de fóruns.



NESTA EDIÇÃO

EDIÇÃO 19 ANO V / MARÇO DE 2019

Conselho tem novo presidente

Desembargador Carlos Eduardo Zietlow Duro, do TJRS, assumiu a Presidência em dezembro de 2018. [PÁGINA 11.](#)

Tribunais passam por mudanças

Novos presidentes tomam posse em 15 Tribunais de Justiça e anunciam planos de gestão. [PÁGINAS 16 A 60.](#)

TJBA celebra 410 anos e recebe 116º Encontro de Presidentes

Sob presideência do desembargador Gesivaldo Britto, Tribunal baiano será anfitrião do Conselho. [PÁGINA 61.](#)

Maravilhas cantadas em prosa e verso

Conheça alguns dos encantos da Bahia que inspiraram poetas. [PÁGINA 69.](#)



TJSC / ASCOM



NEI PINTO

EXPEDIENTE

EDITORA RESPONSÁVEL
EDITORA PRESERVAR LTDA
CNPJ : 14.936.539/0001-61

EDITOR RESPONSÁVEL
WALBERT MONTEIRO
DRT 1095/PA

TEXTOS E FOTOS
ASSESSORIAS DOS TRIBUNAIS
DE JUSTIÇA, CNJ, WIKIMEDIA,
FREEIMAGES.



PRESIDENTES

DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA



Tribunal de Justiça do Acre
Des. FRANCISCO DJALMA
(2019-2021)



Tribunal de Justiça do Maranhão
Des. JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO
DOS ANJOS (2018-2019)



Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
Des. CLÁUDIO DE MELLO TAVARES
(2019-2021)



Tribunal de Justiça de Alagoas
Des. TUTMÊS AIRAN DE
ALBUQUERQUE MELO (2019-2021)



Tribunal de Justiça do Mato Grosso
Des. CARLOS ALBERTO ALVES
DA ROCHA (2018-2020)



Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte
Des. JOÃO REBOUÇAS
(2019-2021)



Tribunal de Justiça do Amapá
Des. JOÃO GUILHERME
LAGES MENDES (2019-2021)



Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul
Des. PASCHOAL CARMELLO
LEANDRO (2019-2021)



Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul
Des. CARLOS EDUARDO ZIETLOW DURO
(2018-2019)



Tribunal de Justiça do Amazonas
Des. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA
(2018-2020)



Tribunal de Justiça de Minas Gerais
Des. NELSON MISSIAS DE MORAIS
(2018-2020)



Tribunal de Justiça de Rondônia
Des. WALTER WALTENBERG SILVA
JÚNIOR (2018-2019)



Tribunal de Justiça da Bahia
Des. GESIVALDO BRITTO
(2018-2019)



Tribunal de Justiça do Pará
Des. LEONARDO NORONHA TAVARES
(2019-2021)



Tribunal de Justiça de Roraima
Des. MOZARILDO CAVALCANTI
(2019-2021)



Tribunal de Justiça do Ceará
Des. WASHINGTON LUIS BEZERRA
DE ARAÚJO (2019-2021)



Tribunal de Justiça da Paraíba
Des. MÁRCIO MURILO DA
CUNHA RAMOS (2019-2021)



Tribunal de Justiça de Santa Catarina
Des. RODRIGO COLLAÇO
(2018-2019)



Tribunal de Justiça do DF e Territórios
Des. ROMÃO CÍCERO DE OLIVEIRA
(2018-2020)



Tribunal de Justiça do Paraná
Des. ADALBERTO JORGE
XISTO PEREIRA (2019-2021)



Tribunal de Justiça de São Paulo
Des. MANOEL DE QUEIROZ
PEREIRA CALÇAS (2018-2019)



Tribunal de Justiça do Espírito Santo
Des. SÉRGIO LUIZ TEIXEIRA GAMA
(2018-2019)



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Des. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
(2018-2019)



Tribunal de Justiça de Sergipe
Des. OSÓRIO DE ARAÚJO
RAMOS FILHO (2019-2021)



Tribunal de Justiça de Goiás
Des. WALTER CARLOS LEMES
(2019-2021)



Tribunal de Justiça do Piauí
Des. SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS
(2019-2021)



Tribunal de Justiça do Tocantins
Des. HELVÉCIO DE BRITO
MAIA NETO (2019-2021)



COMISSÃO EXECUTIVA

CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

PRESIDENTE



**DESEMBARGADOR
CARLOS EDUARDO
ZIETLOW DURO**
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO RIO GRANDE DO SUL

MEMBROS

Des. PAULO ROBERTO VASCONCELOS (TJPR)

Des. LEOBINO VALENTE CHAVES (TJGO)

Des. JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES (TJAL)

Des. RONALDO EURÍPEDES DE SOUZA (TJTO)

Des. RUI RAMOS RIBEIRO (TJMT)

Des. FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES (TJPE)

Des. JOÁS DE BRITO PEREIRA FILHO (TJPB)

Desa. RENATO BRAGA BETTEGA (TJPR)

Des. LUIS ARAÚJO MENDONÇA (TJSE)

VICE-PRESIDENTES



REGIÃO NORTE
Desa. **ELAINE CRISTINA
BIANCHI (TJRR)**



REGIÃO NORDESTE
Des. **CLEONES CARVALHO
CUNHA (TJMA)**



REGIÃO SUDESTE
VAGO



REGIÃO SUL
Des. **LUIZ FELIPE
SILVEIRA DIFINI (TJRS)**



REGIÃO CENTRO-OESTE
Des. **JOÃO MARIA LÓS (TJMS)**

EX-PRESIDENTES



Des. **JOSÉ FERNANDES
FILHO**



Des. **MARCUS ANTONIO
DE SOUZA FAVER**



Des. **MILTON AUGUSTO
DE BRITO NOBRE**



Des. **PEDRO CARLOS
BITENCOURT MARCONDES**



ASCOM / TJSC

Presidentes
de TJs, reunidos em
Florianópolis, discutiram
o cenário político
nacional.

No 115º Encontro, Conselho defende solução consensual para a crise política

ANÁLISE | Desembargadores alertam para os perigos do radicalismo

O 115º Encontro do Conselho de Tribunais de Justiça do Brasil foi realizado nos dias 6 e 7 de dezembro, em Florianópolis, no auditório do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), ainda sob a presidência do desembargador Pedro Carlos Bittencourt Marcondes. No Encontro, o Conselho elegeu seu novo presidente, o desembargador gaúcho Carlos

Eduardo Zietlow Duro.

O desembargador Pedro Bittencourt agradeceu a acolhida na capital catarinense e destacou a necessidade constante da troca de experiências entre os dirigentes das cortes estaduais. Demonstrou ainda sua preocupação com o cenário político no país, ao falar sobre as diferenças registradas na sociedade brasileira após as últi-

mas eleições presidenciais, marcadas principalmente pela desarmônia e intransigência.

Ao propor a pacificação nacional, o desembargador lembrou que a democracia se constrói de forma constante, desde que do conflito de ideias seja possível encontrar e colocar em prática soluções minimamente consensuais. “O papel do Poder Judiciário deve ser fortalecido, pois a ele cabe atuar quando depara com a ineficiência das políticas públicas”, disse.

O anfitrião do encontro, desembargador Rodrigo Collaço, presidente do TJSC, agradeceu a

presença dos demais dirigentes e disse estar honrado em poder recebê-los em Santa Catarina. "Estado que a todos nós orgulha, com seu povo acolhedor e sua economia diversificada e pujante, capaz de fazer frente aos tempos sombrios da economia no país", complementou. Collaço destacou também a atuação de seus colegas desembargadores da Corte, presentes em bom número para prestigiar o evento, e registrou que o quadro político atual merece acompanhamento próximo. "O debate, quando marcado por extremismos e radicalismos, não é propício para alterações constitucionais, de forma que o Judiciário precisa estar alerta e fazer sua parte para garantir mudanças que possam projetar um melhor futuro para o país", afirmou.

A mesa de honra esteve composta, além dos desembargadores Collaço e Pedro Bitencourt, pelo procurador-geral do Estado, Juliano Dossena; procurador Aurino Alves de Souza (MP); Paulo Marcondes Brincas, presidente da OAB/SC; e juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer, presidente da Associação dos Magistrados Catarienses (AMC).

O encontro teve debates e discussões sobre a importância da comunicação no âmbito do Poder Judiciário, aspectos relacionados à carreira da magistratura e propostas para a área da execução penal. Ao final, o Conselho divulgou a Carta de Florianópolis, documento com as posições oficiais dos presidentes de Tribunais sobre assuntos de relevância para a magistratura no país.

Eleito presidente do Conselho, o desembargador Carlos Eduardo Zietlow Duro, presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), ressaltou a importância dos encontros de desembargadores.

"Esses encontros permitem que os membros e os presidentes de poderes consigam conversar e trocar várias experiências. Isso é fundamental para a administração, pois cada um enfrenta um problema diferente, e alguns deles são comuns."





CARTA DE FLORIANÓPOLIS

CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

O CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, reunido no município de Florianópolis (SC), ao fim do 115º Encontro havido nos dias 6 e 7 de dezembro de 2018, divulga, para conhecimento público, as seguintes conclusões, aprovadas por unanimidade:

1) **DESTACAR**, em momentos de queda da confiança em todas as instituições, a necessidade de que sejam resguardadas a dignidade, o respeito e a maturidade inerentes à atividadejudicante;

2) **DECLARAR** totale incondicional apoio às liberdades democráticas, asseguradas tanto pela livre manifestação de pensamento quanto pelo respeito às instituições legitimamente constituídas e às pessoas que as representam;

3) **MANIFESTAR** apoio à democracia e às instituições públicas, promovendo iniciativas pela reaproximação do Poder Judiciário com a sociedade.

Florianópolis, 7 de dezembro de 2018



ASCOM / TJSC

Desembargador
Carlos Eduardo Zietlow
Duro destacou ações
do Conselho pelo
fortalecimento do
Poder Judiciário.

Desembargador Duro é o primeiro gaúcho a presidir o Conselho dos TJs

ACLAMAÇÃO | Novo presidente quer Judiciário “uno, forte e independente”

O novo Presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça, desembargador Carlos Eduardo Zietlow Duro, é o primeiro gaúcho a ocupar essa posição. Eleito em 7 de dezembro de 2018, durante o 115º Encontro do Conselho, realizado em Florianópolis, o magistrado considera a escolha do seu nome um reconhecimento ao trabalho do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, que ele comanda desde fevereiro do ano passado.

A eleição para a Presidência do Conselho, por aclamação, para mandato de dois anos, sucedendo ao desembargador Pedro Carlos Bittencourt Marcondes, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), motivou uma série de cumprimentos dirigidos ao novo Presidente, o que também demonstra o prestígio do Conselho dos Tribunais.

O desembargador Duro destacou que o Conselho dos Tribunais de

Justiça tem sido conduzido com extrema correção e eficiência ao longo dos anos pelos meus antecessores, bem com pelos demais magistrados que o integraram nesse período, todos visando à união e ao fortalecimento do Poder Judiciário. “Nesse ponto, a atuação do Conselho no meu período administrativo deverá seguir no mesmo rumo, objetivando a manutenção de um Poder Judiciário uno, forte e independente, como garante do necessário regime democrático”, assinalou o presidente.

“Há que se considerar que o Poder Judiciário Estadual responde por cerca de 80% das demandas que tramitam do País, sem que disponha de orçamento proporcional a essa magnitude de processos”, observou o desembargador Duro. “Contudo, temos a responsabilidade de dar a pronta resposta a quem se socorre do Poder Judiciário Estadual, com os meios de que dispomos, racionalizando os recursos existentes, sem que esqueçamos nossa principal missão que é a pacificação e solução de conflitos, atividades em que somos insubstituíveis.”

O desembargador Carlos Eduardo Zietlow Duro tomou posse no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS) em 25 de março de 2002. Como Juiz de Direito, foi empossado em 5 de setembro de 1986, tendo jurisdicionado as Comarcas gaúchas de Panambi, São Francisco de Assis, Candelária, Alvorada e Porto Alegre, onde chegou em 1992.

Na capital, atuou no Projeto Conciliação (Cível e Família), foi titular da 5ª Vara Cível, 1º Juizado; 10ª Vara Cível, 1º Juizado; e 4ª Vara da Fazenda Pública, 1º Juizado, além de ter atuado como

Juiz de Direito convocado do Tribunal de Justiça na 2ª Câmara de Férias e 1ª Câmara Especial Cível. Ocupou também a função de Juiz Eleitoral da 1ª Zona Eleitoral de Porto Alegre e de Coordenador Administrativo das Zonas Eleitorais da Capital.

O desembargador Duro foi eleito presidente do TJRS em eleição realizada em dezembro de 2017. Sua posse ocorreu em 1º de fevereiro de 2018. O mandato vai até fevereiro de 2020.

Na gestão anterior do TJRS (2016/2018), o desembargador foi o 1º Vice-presidente. Membro eleito do Órgão Especial do TJRS em várias oportunidades, estreou no Colegiado em 2006. Por três gestões, entre 2006 e 2012, presidiu o Conselho de Informática Judiciária (CONINF), foi membro da Comissão de Concurso para Juiz de Direito, entre outras funções ocupadas no Tribunal de Justiça do RS.

O Conselho dos Tribunais de Justiça, anteriormente denominado Colégio de Presidentes, é uma associação civil constituída pelos Presidentes dos Tribunais de Justiça e ex-presidentes

em atividade que o compõem e existe há mais de 26 anos, tendo sido criado em 1992. O Conselho em questão tem grande relevância, sendo constantemente consultado pelos Tribunais, Poder Legislativo e Poder Executivo em assuntos de interesse do Poder Judiciário para seu aperfeiçoamento.

Seus objetivos principais são a defesa dos princípios, prerrogativas e funções institucionais do Poder Judiciário, especialmente do Poder Judiciário Estadual; a integração dos Tribunais de Justiça em todo o território nacional; o intercâmbio de experiências funcionais e administrativas; o estudo e o aprofundamento dos temas jurídicos e das questões judiciais que possam ter repercussão em mais de um Estado da Federação, buscando a uniformização de entendimentos, respeitadas a autonomia e peculiaridades locais.

Realizam-se em média três encontros anuais, com palestras, estudos e planejamento das atividades do Conselho para o exercício de suas atividades, sem prejuízo da realização de reuniões extraordinárias para fins específicos.

ASCOM / TJSC



Desembargadores Rodrigo Collaço (TJSC), Carlos Eduardo Duro (TJRS), ao centro, e Pedro Bitencourt (TJMG) durante a transmissão de cargo.



Atuação efetiva em prol da Justiça dos Estados fortalece a Magistratura

HISTÓRIA | Trajetória de 26 anos consagra instituição e valoriza princípios

Fundado em 1992, em Minas Gerais, como Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, o Conselho dos Tribunais de Justiça completa 27 anos de existência em 2019 consolidado como instituição representativa da Magistratura brasileira.

Hoje, consagra-se como importante instância de defesa das Cortes Estaduais do Poder Judiciário brasileiro.

Ao longo de mais de duas décadas e meia, nos encontros regulares que mobilizaram centenas de magistrados de todo o País, o Conselho semeou

e fortaleceu os fundamentos da sua existência: a) a defesa dos princípios, prerrogativas e funções institucionais do Poder Judiciário, especialmente do Poder Judiciário Estadual; b) a integração dos Tribunais de Justiça em todo o território nacional; c) o intercâmbio de experiências funcionais e administrativas; d) o estudo e o aprofundamento dos temas jurídicos e das questões judiciais que possam ter repercussão em mais de um Estado da Federação, buscando a uniformização de entendimentos, respeitadas a autonomia e peculiaridades locais.

Em 26 anos completados em outubro de 2018, a instituição cresceu e se tornou

Registro do 115º
Encontro do
Conselho dos Tribunais
de Justiça, no TJ de
Santa Catarina.



referencial de consulta obrigatória no Parlamento, nos Tribunais e no Poder Executivo. Premia, em cada linha das proposições formuladas no âmbito da Justiça, todo o compromisso de seu idealizador e inspirador, desembargador Odyr José Pinto Porto ou, simplesmente, Odyr Porto do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Homem de singular inteligência e de elevada cultura jurídica, Odyr Porto fez história nas magistraturas paulista e brasileira. Nascido na capital de São Paulo em 13/12/1927, cursou a Academia do Largo de São Francisco, onde se formou aos 23 anos. Após intenso exercício da advocacia, tendo sido inclusive assistente jurídico do Tribunal de Contas do Estado, ingressou na magistratura paulista em 1957 por concurso, no qual obteve o 1º lugar. Galgou todos os degraus da carreira. Foi Presidente do Tribunal de Justiça, no biênio 1992/1993 e, aposentado, distinguiu-se como Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo a partir de janeiro de 1994.

O desembargador Odyr Porto, em razão de sua notória liderança, foi eleito sucessivamente presidente da Associação Paulista de Magistrados

(1986/1987) e da Associação dos Magistrados Brasileiros (1988/1989). Foi ainda Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade de Taubaté, tendo publicado diversos trabalhos jurídicos. Recebeu ao longo da brilhante carreira diversas comendas e condecorações, tendo sido agraciado com títulos de cidadania por mais de 20 (vinte) municípios paulistas. Odyr Porto faleceu em 06/06/1998.

Em 2017, ao comemorar o Jubileu de Prata, o Conselho reiterou a necessidade de valorização da Justiça Estadual no Brasil, sobretudo porque são aparentes as dificuldades de toda ordem que se apresentam às gestões dos Tribunais. No curso da História, cada frase em defesa da Justiça célere, eficiente e comprometida com os jurisdicionados escreve a trajetória da instituição.

Em discurso de despedida da presidência do Conselho, então ainda Colégio, em 2013, o desembargador Marcus Faver asseverou: “O Judiciário não pode hoje ser visto como um mero Poder equidistante dos graves problemas nacionais. Ele tem de ser um efetivo partícipe dos destinos do Brasil. Quando

se fala em ‘Governo’ na Constituição, englobam-se os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O Estado é, na verdade, a junção destes Poderes. A função judicial tem a seu cargo, em última análise, tal como o Executivo e o Legislativo, a realização dos direitos fundamentais do homem e da sociedade”.

Faver destacou, também, a missão política do Judiciário, “principalmente nos dias atuais, de profundas angustias e decepções”. Para ele, o cenário “exige uma participação efetiva dos juizes, não só nas suas atividades profissionais, mas também através de suas condutas, de suas posturas éticas perante a sociedade”.

A crise que assombra o Estado brasileiro nos dias de hoje, marcadamente de natureza política, atualiza o discurso do desembargador Faver. “A função política do Poder Judiciário é essencial à própria sobrevivência do direito e do Estado brasileiro. Acima de tudo preocupa-me a responsabilidade social do juiz, os seus compromissos perante a sociedade”, assinalou. “No Estado de Direito estou convencido que é a nós que a população deposita as suas mais acalentadas e últimas esperanças de Justiça.”

Primeiro presidente do Conselho, o desembargador José Fernandes Filho destaca a comunhão como o maior esteio da Justiça Estadual. “Nossa força, disse-o reiteradas vezes, está na nossa unidade, fonte de sobrevivência e de permanência”, afirmou em discurso pela passagem dos dez anos da instituição. Na ocasião, Fernandes Filho registrou algumas iniciativas louváveis do Conselho:

* a edição da lei 9.099, de 25 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais, diploma legislativo arrancado ao Congresso Nacional pela determinação da Secretaria Executiva do Colégio (hoje Conselho);

* reunião, no Supremo Tribunal Federal, por convocação de seu Presidente, Ministro Sepúlveda Pertence, quando se revelou que os Juizados Especiais já são responsáveis por trinta por cento da prestação jurisdicional no País;

* participação efetiva e decisiva na solução de graves conflitos, envolvendo o Executivo e o Judiciário, nos Estados de Alagoas, Paraíba e Mato Grosso, entre outros;

* acompanhamento permanente, no Congresso Nacional, de toda matéria de interesse da instituição judiciária, entre elas as reformas constitucionais do Poder Judiciário, da previdência social e da administração pública e, em nível infraconstitucional, dos projetos do Estatuto da Magistratura Nacional e dos Juizados Especiais;

* presença continuada no Supremo Tribunal Federal e nos Tribunais Superiores, sempre que os interesses da instituição judiciária a reclamassem;

* elaboração de “CARTAS”, após cada Encontro, denunciando à Nação abusos e equívocos na área institucional, muitas delas objeto de aplausos gerais, mercê do seu conteúdo e oportunidade;

* acompanhamento permanente e vigoroso da Reforma do Poder Judiciário.

OS EX-PRESIDENTES

Desembargador José Fernandes Filho Magistrado e professor universitário, natural de Bambuí-MG, José Fernandes Filho nasceu em 31 de outubro de 1929. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade Mineira de Direito da Universidade Católica de Minas Gerais. Pós-graduou-se em Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Tem também especialização em Direito Administrativo, Tributário e Constitucional. Foi, ainda, Diretor da Escola Judicial “Desembargador Edésio Fernandes” e Presidente da Comissão Executiva do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça (hoje Conselho dos Tribunais de Justiça), por 15 anos. No Encontro de Salvador, em maio de 2011, foi aclamado Sócio Honorário Permanente do Colégio de Presidentes.

Desembargador Marcus Faver

Antes de entrar para a magistratura, Marcus Faver atuou como advogado e foi eleito por duas vezes vereador da cidade de Miracema, no interior do Estado do Rio, em 1962 e 1966. O desembargador foi presidente do TJRJ, do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Desembargador Milton Nobre

Eleito para a presidência do Conselho dos Tribunais de Justiça em 2013, ainda quando à instância se atribuía o status de Colégio, o desembargador Milton Nobre, do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), deixou importante legado para o aprimoramento da Justiça Estadual. Das muitas ações de relevância de sua gestão, Milton Nobre destaca a efetiva participação do Conselho em audiências públicas promovidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Conselho Nacional de Justiça e a ampliação do diálogo entre o Conselho e as Associações de Classe da Magistratura.

Desembargador Pedro Bitencourt

Sucessor de Milton Nobre, e duas vezes presidente do Conselho, o desembargador Pedro Bitencourt Marcondes ressaltou a importância da união dos Tribunais em torno das demandas da Justiça Estadual. “A participação dos Presidentes e Conselheiros nas reuniões, interlocuções com outros agentes políticos, é indispensável para o sucesso do trabalho.”

ARQUIVO / REPRODUÇÃO



Desembargadores Odyr Porto (fundador), José Fernandes Filho, Marcus Faver, Milton Nobre e Pedro Marcondes (à direita): nomes importantes na trajetória do Conselho.



João Rebouças assume o TJRN com foco em mais transparência

POSSE | Desembargador também pretende aumentar efetividade

Transparência, produtividade e efetividade jurisdicional. Esses são os eixos apontados pelo desembargador João Rebouças em seu discurso de posse como novo presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) e que irão nortear a sua administração durante o biênio 2019-2020. O desembargador tomou posse em

sessão solene do Pleno do TJRN, com os novos dirigentes do Poder Judiciário potiguar, no dia 7 de janeiro, no Centro de Convenções de Natal.

João Rebouças apontou um dos desafios para a Justiça daqui para frente. “Em um mundo cada vez mais rápido e instantâneo, a Justiça precisa se reinventar em termos de

Novo presidente do TJRN, desembargador João Rebouças quer prestação jurisdicional célere em benefício da população potiguar.

atendimento, sob pena de sofrer a mais triste das penalidades: a indiferença”, destacou. Diante desse desafio, o novo chefe do Poder Judiciário afirmou que procurará oferecer uma prestação jurisdicional célere, com respostas rápidas e precisas, em benefício da população potiguar.

Uma Justiça mais eficiente, rápida e efetiva é o desejo tanto da comunidade interna quanto da sociedade, enalteceu o novo presidente. “Vejo

o anseio e preocupação dos juízes, advogados privados e públicos, e dos servidores. E principalmente o descontentamento do jurisdicionado, o que mais me entristece. Farei de tudo ao meu alcance para reverter esse quadro, sempre focado na nossa atividade-fim: entregar justiça de forma rápida e eficaz”, disse Rebouças.

Lembrando seus quase 40 anos dedicados ao serviço público, dos quais 34 anos à magistratura, o desembargador João Rebouças afirmou que conhece o tabuleiro no qual jogará a mais importante partida de xadrez de sua carreira e que pretende impor um xeque-mate à morosidade processual. “Não podemos mais aceitar que o processo mate sempre, por aborto, a decisão. O pensamento decisório do juiz é a razão de ser processo, não o contrário. Não é mais aceitável a morosidade, o retrabalho, a redundância, que são péssimas práticas enraizadas pelo tempo e que não têm mais razão de existir. Juízes é o que somos. Tratemos de decidir”, exortou o magistrado.

Para tanto, defendeu o uso intensivo de novas tecnologias, como a inteligência artificial, para otimizar e acelerar os serviços setoriais da máquina judiciária. “É inconcebível que tais facilidades não sejam utilizadas, de forma a permitir que o lado humano possa se revelar em toda a sua grandeza e plenitude. Sonho e lutei por um Tribunal 100% digital, mas também 100% humano”, destacou Rebouças em sua fala.

Para o novo presidente do TJRN, o juiz precisa de paz para decidir, mas essa paz não existe com prateleiras inundadas de processos que não tramitam. “É fundamental que os atos preparatórios e paralelos que envolvem cada decisão judicial sejam rápidos, simples e sem burocracia, e para isso as inovações tecnológicas são cruciais”, destacou o desembargador, que presidiu durante anos comissões de informática e da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), no Judiciário norte-rio-grandense.

O presidente prometeu que a valorização e a capacitação de magistrados



Cerimônia de posse, no TJRN, reuniu magistrados, autoridades e teve a presença do ministro Dias Toffoli, presidente do STF.





ASCOM / TJRN

e servidores serão uma constante em sua administração e que buscará enfrentar o déficit de recursos humanos, sobretudo na 1ª instância, “a primeira e mais importante trincheira na guerra contra as injustiças”.

RESULTADOS

João Rebouças falou em fazer mais com menos, buscando uma contenção de despesas permanente ao mesmo tempo em que propõe trabalhar de maneira inteligente e focar o tempo em atividades que possam fazer avançar não somente os resultados, mas também simplificar os processos para alcançá-los.

O novo chefe do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte assegurou que terá uma convivência harmoniosa com os demais poderes e que eles serão parceiros em sua missão. Falou também que terá o apoio vigilante do Ministério Público, da Ordem dos Advogados, da Defensoria Pública, e das diversas procuradorias.

Classificou-os como entidades vitais para o funcionamento da Justiça e assumiu o compromisso de manter as portas abertas para um diálogo amigável, pronto para críticas e sugestões, focado sempre no cidadão.

O presidente João Rebouças finalizou seu discurso de posse afirmando que é tempo de falar menos e agir mais, ao reforçar que a grande luta de sua gestão “será contra o tempo, contra a ineficiência, contra a burocracia e contra as práticas seculares ultrapassadas que entravam e fossilizam o Judiciário”.

TOFFOLI RESSALTA HARMONIA ENTRE PODERES

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Dias Toffoli, desejou sucesso ao desembargador João Rebouças para gerir o Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, de forma que possa prevalecer a har-

monia entre os poderes. O ministro ressaltou que o Judiciário atuando de forma unida é garantia do Estado Democrático de Direito.

Toffoli afirmou que o Poder Judiciário “é o esteio fundamental para levar a todas as pessoas os seus direitos e garantias constitucionais”. Ele também cumprimentou a gestão que saiu, na pessoa do desembargador Exedito Ferreira, e saudou o bom trabalho realizado na implantação integral do sistema PJe no Estado, colocando à disposição da nova gestão “todos os esforços necessários para a continuidade desse trabalho na esfera nacional”.

Por fim, o ministro Dias Toffoli disse que se surpreendeu com a demonstração de carinho em torno da nova gestão, “representado pela grande diversidade de autoridades presentes tanto da magistratura estadual, como nacional; assim como membros do Ministério Público, OAB, e representantes do executivo e legislativo” que saudaram a posse dos novos gestores.



Novo presidente define metas para o TJ do Piauí no biênio 2019/2020

POSSE | Desembargador Sebastião Ribeiro Martins anuncia prioridades

Melhoria da produtividade, incentivo à mediação e à conciliação e combate à violência contra a mulher. Essas são as três prioridades elencadas pelo desembargador Sebastião Ribeiro Martins durante sua posse como presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI) para

o biênio 2019/2020, no dia 7 de janeiro. Foram empossados também os demais diretores da Corte para o novo biênio: os desembargadores Haroldo Oliveira Rehem (vice-presidente), Hilo de Almeida Sousa (corregedor-geral da Justiça) e Oton Mário José Lustosa Torres (vice-corregedor

Desembargador Sebastião Ribeiro Martins vai ampliar o uso de tecnologias para aumentar a produtividade.

geral da Justiça). A solenidade contou com a presença de autoridades como o governador Wellington Dias e do governador em exercício do Maranhão, Carlos Brandão.

“O aumento da produtividade será nosso principal objetivo. Para isso, vamos ampliar o uso de tecnologias que agilizem a tramitação dos processos e que contribuam para uma gestão mais eficiente, com a valorização e o fortalecimento da área de Tecnologia da Informação; vamos ainda incentivar a prática



ASCOM / TJPI

da conciliação e da mediação, como instrumentos relevantes de pacificação social na resolução dos conflitos”, resumiu o desembargador Sebastião Ribeiro Martins.

Ainda de acordo com o presidente empossado, estão também no escopo de prioridades da nova gestão do TJ-PI o fortalecimento da rede de proteção e enfrentamento à violência familiar e doméstica contra as mulheres, inclusive com o julgamento prioritário dos casos de feminicídio no Piauí, em alinhamento à Meta nº 08 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). “Os casos de violência contra a mulher nos últimos anos foram alarmantes, incluindo os crimes de feminicídio, porque ainda vivemos em uma sociedade culturalmente machista e patriarcal, onde a figura do homem sempre foi o centro da família e da própria comunidade, especialmente aqui no Piauí e, por isso, é necessária a criação de uma rede de combate à violência contra a mulher, priorizando o julgamento de todos os

processos que envolvam violência doméstica e feminicídio”, declarou.

O desembargador Erivan Lopes, presidente do TJPI na gestão 2016-2018, afirmou ter cumprido, durante seu mandato como chefe do Poder Judiciário piauiense, sua principal meta: a profissionalização da gestão. “Tivemos recordes de arrecadação de recursos, o que nos possibilitou construir e reformar onze novos fóruns, sete dos quais concluídos. Pensamos na segurança das comarcas e colocamos trinta postos de segurança privada. Implantamos o SEI (Sistema Eletrônico de Informações), automatizamos as unidades usando o PJe (Processo Judicial Eletrônico), nomeamos juízes e servidores, fizemos as agregações das Comarcas, nomeamos assessores de juízes, além de efetivarmos o trabalho em dois turnos. Com tudo isso, saímos da incômoda posição de Tribunal mais ineficiente do país. Estamos felizes com a contribuição que demos à Justiça do Piauí”, afirmou.

SOLEINIDADE

A abertura da solenidade de posse dos novos diretores do TJPI contou com apresentação do Quarteto de Cordas da Orquestra Sinfônica de Teresina. O humorista e cantor João Claudio Moreno foi o responsável pela interpretação do Hino do Piauí. Prestigiaram o ato solene autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de familiares e amigos dos empossados.

Os novos diretores do TJPI foram eleitos no dia 1º de outubro de 2018, durante sessão administrativa, e sucedem os desembargadores Erivan Lopes (presidente), José James Pereira (vice-presidente), Ricardo Gentil Eulálio Dantas (corregedor-geral da Justiça) e Luiz Gonzaga Brandão de Carvalho (vice-corregedor geral da Justiça), que estiveram à frente do TJ-PI no biênio 2016/2018, além de terem cumprido mandato especial entre 1 de junho de 2018 e 7 de janeiro de 2019.

TJPI É O SEXTO NO RANKING DA TRANSPARÊNCIA

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJPI) é o sexto tribunal mais bem colocado no âmbito da Justiça Estadual no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Entre todos os 93 tribunais brasileiros, o TJPI é o 25º mais bem avaliado. Esta é a primeira edição do levantamento.

O Ranking da Transparência do Poder Judiciário foi instituído pela Resolução 260/2018 do CNJ com o objetivo de analisar o grau de informação que os tribunais brasileiros disponibilizam aos cidadãos. Os critérios utilizados para a avaliação foram divididos em dois grupos: transparência ativa e transparência passiva.

De maneira geral, estes critérios avaliam a apresentação das informações à sociedade e a quantidade de dados disponibilizados, se eles estão disponíveis estão em formato aberto, de forma acessível e clara. De acordo com o levantamento, o TJ-PI alcançou índice de 68,42% de cumprimento dos critérios aferidos.

Para o desembargador Sebastião Ribeiro Martins, presidente do TJPI, é fundamental que o Poder Judiciário preste contas da utilização de seus recursos ao jurisdicionado. Ele elogiou o trabalho desenvolvido pela gestão do desembargador Erivan Lopes, presidente do TJPI no biênio 2016/2018, e seus auxiliares pelo bom resultado. “Esperamos aprimorar esses mecanismos de transparência em nosso Tribunal, viabilizando o acesso mais eficiente aos nossos dados”, declarou.

O Ranking da Transparência do Poder Judiciário será divulgado anualmente pelo CNJ, como prevê a Resolução CNJ nº 215/2015, que dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei nº 12.527/2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI).





Justiça ágil para todos está no plano de ações da nova gestão do TJCE

POSSE | Presidente Washington Luís quer parcerias em prol da sociedade

O Pleno do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) empossou, no dia 31 de janeiro, os desembargadores Washington Luís Bezerra de Araújo, Maria Nailde Pinheiro Nogueira e Teodoro Silva Santos, respectivamente como presidente, vice-presidente e corregedor-geral do Judiciário para o biênio 2019-2021. A solenidade foi conduzida pelo desembargador Gla-

dyson Pontes, que encerrou a sua gestão à frente da Corte.

Em seu discurso, o novo presidente disse que as ações do seu plano de gestão têm como foco a promoção de Justiça ágil para o jurisdicionado. “A partir deste compromisso, asseguramos que todas as ações delineadas no plano de Gestão estão voltadas para esse objetivo”, destacou o desembargador

Washington Araújo.

O desembargador citou o trabalho dos servidores do Judiciário, da colaboração dos demais desembargadores e da atuação dos juízes de 1º Grau. “Reafirmo a importância de contar com o apoio dos meus pares e sei que posso contar, pois o compromisso com a instituição tem sido uma marca deste colegiado”, disse.

Ao final, Washington Araújo clamou a união de todos os magistrados e servidores em prol de um

Desembargador
Washington Luís Bezerra
de Araújo ressaltou a
importância da atuação
dos juízes de 1º Grau.

Judiciário célere, que produza justiça com efetividade. “Precisamos da participação, da dedicação, do empenho, da garra e do talento de cada um de vocês para qualificar a cada dia o nosso trabalho.”

Ao se despedir da Presidência do Tribunal, o desembargador Gladyson Pontes afirmou ter certeza que o seu sucessor fará um grande trabalho. “Para mim é uma satisfação imensa entregar o Poder Judiciário ao desembargador Washington, que foi meu vice, e teve uma grande reciprocidade em relação a tudo o que fizemos. Ele foi um grande colaborador, está preparado e tenho certeza que os atributos para uma excelente Gestão não lhe faltam.”

O governador Camilo Santana parabenizou o desembargador Gladyson Pontes e desejou boa sorte à nova Gestão. “Quero parabenizar toda a sua equipe e desejar sucesso ao novo presidente. O Tribunal de Justiça tem um papel muito importante na sociedade para garantir direitos às pessoas e espero que a gente possa continuar todas as parcerias, respeitando a independência dos Poderes.”

O prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, elogiou a Gestão que se finda “pelo trabalho austero, de organização do Tribunal, também de união do Poder e de muita integração com outros órgãos do Governo estadual”. Além disso, o gestor municipal “desejou aos desembargadores Washington, Nailde e Teodoro muito sucesso à frente do Tribunal de Justiça. Têm vários temas de mobilidade urbana, de saúde e administrativos da cidade de Fortaleza que caminham muito de perto com as ações do Judiciário. Nós vamos, certamente, construir uma pauta junto ao Tribunal para o melhor interesse público da cidade”.

PARCERIA EM PROL DA SOCIEDADE

O procurador de Justiça, Plácido Rios, reiterou a união entre as instituições. “As instituições hoje são muito parceiras no Estado do Ceará. Há uma união muito profícua. Vários programas foram criados desde gestões anteriores e vêm se perpetuado. O intuito é continuarmos



essa importante parceria em prol da sociedade cearense.”

A vice-presidente, desembargadora Nailde Pinheiro ressaltou o que significa assumir a Vice-Presidência do Tribunal. “Representa muito integrar essa nova Gestão. Venho cheia de planos e bons propósitos. Com certeza estarei dando seguimento ao trabalho, iremos trabalhar com o gerenciamento de precedentes das Cortes Superiores, es-

tendendo essa iniciativa também para Justiça de 1º Grau.”

O corregedor-geral, desembargador Teodoro Silva Santos, destacou que o objetivo principal é agilizar a prestação jurisdicional. “Vamos dar continuidade ao trabalho que está sendo feito, com a filosofia de que o papel da Corregedoria é orientar, fiscalizar e buscar parcerias com os nossos colegas da Primeira Instância.”



RICARDO NUNES / TJPA

Leonardo Tavares toma posse como o 59º presidente da Corte paraense

POSSE | Desembargador defende o fortalecimento da democracia

O desembargador Leonardo de Noronha Tavares foi empossado no cargo de presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) em sessão solene do Pleno realizada no dia 1º de fevereiro. O magistrado, que ficará à frente do Judiciário paraense no biênio 2019-2021, é o 59º desembargador a assumir a Presidência

da Corte de Justiça, desde a sua instalação, em 1874.

Após receber o cargo de seu antecessor, desembargador Ricardo Ferreira Nunes, o novo presidente deu posse às desembargadoras Célia Regina de Lima Pinheiro, na Vice-Presidência; Maria de Nazaré Saavedra Guimarães, na Corregedoria de Jus-

Desembargador Lonardo Tavares assumiu o TJPA com foco em ideal comum: a democracia.

tiça das Comarcas da Região Metropolitana de Belém; e Diracy Nunes Alves, na Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior. O presidente também deu posse aos desembargadores Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, Mairton Marques Carneiro, José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior e Rosi Maria Gomes de Farias como membros do Conselho da Magistratura, órgão que passam a integrar juntamente com os membros natos (presidente, vice-presidente e corregedoras).

Em seu discurso de posse, o novo presidente afirmou receber com grande orgulho o cargo,

lembrando que foi o vice de seu antecessor, a quem exaltou como amigo e como gestor. “Tive oportunidade de acompanhar o seu trabalho, em marcantes momentos da evolução e avanços tecnológicos introduzidos na administração do Tribunal, entre os quais é notório o novo Data Center. A implantação desse sistema foi a conclusão de projeto concebido e inicialmente executado há várias gestões, permitindo que as ações e decisões judiciais circulem com maior eficiência entre juízes, procuradores, defensores públicos e advogados”, disse Leonardo Tavares.

O desembargador também agradeceu a oportunidade de gerir a instituição e ressaltou a memória de seu pai. “Agradeço a Deus por me considerar digno e capaz de cumprir as missões confiadas pelos meus dignos pares, especialmente a de Presidente deste Tribunal, honrosa função, que também foi ocupada, na década de 60, por três vezes consecutivas,

pelo meu saudoso pai, Des. Oswaldo Pojucan Tavares, que assumiu, nessa condição, interina e reiteradamente, o Governo do Estado do Pará.”

Leonardo Tavares ressaltou que vai caminhar em prol do ideal comum, de respeitar e o Judiciário, as instituições e o sistema democrático. “Espero corresponder plenamente à confiança em mim depositada e peço à Nossa Senhora de Nazaré para que, guiado pelo Espírito Santo e iluminado pela sabedoria do Evangelho, eu possa ser um bom presidente para este Tribunal. Deus me trouxe aqui nesta hora para servir e não para ser servido, tal como fez com meu pai”, finalizou o presidente.

RICARDO FERREIRA NUNES AGRADECE

Na transmissão do cargo, o desembargador Ricardo Ferreira Nunes agradeceu o apoio dispensado por todos que contribuíram com a sua gestão, desde os seus pares desembar-

gadores, até os terceirizados e estagiários. “Sempre falei que a nossa gestão era como uma orquestra, do triângulo ao piano todos são importantes, dessa forma vocês foram fundamentais para que o nosso navio chegasse ao fim da linha ancorado em um porto seguro”. O desembargador afirmou ter a consciência de que deu “o meu melhor, de corpo, alma, mente e coração, no objetivo do engrandecimento do nosso Poder Judiciário”.

Ressaltou o desembargador Ricardo Nunes que “a partir de agora, será o desembargador Leonardo Tavares, magistrado de longa folha de bons serviços prestados ao Judiciário Paraense, o novo líder. “A ele passo o

À esquerda, Leonardo Tavares recebe o cargo de Ricardo Nunes. À direita, a vice-presidente Célia Regina.

RICARDO NUNES / TJPA





Desembargador Leonardo Tavares citou o pai, desembargador Oswaldo Pojucan Tavares, no discurso de posse na Presidência do TJPA.

bastão com muita honra e alegria, na certeza de que com discrição e ética que lhe são inerentes e qualificam-no, continuará dignificando a toga, com o respeito que a Justiça do Pará desfruta. Tenho absoluta convicção de que, nesta caminhada, que ora se inicia, Vossa Excelência contará com a inspiração e proteção de seu saudoso pai, desembargador Oswaldo Pojucan Tavares que merecidamente dá nome a este plenário e com as bênçãos de Nossa Senhora de Nazaré. Volto para a minha bancada de onde estarei sempre contribuindo e torcendo, de forma sincera, pelo êxito da gestão e consequentemente sob os aplausos da sociedade paraense. Talento e boa vontade, desembargador Leonardo, não vos faltam”, assinalou.

A cerimônia contou com a presença de diversas autoridades, além de magistrados, servidores do Judiciário. A mesa oficial foi compo-



ta pelos desembargadores Ricardo Nunes e Leonardo Tavares, pelo governador Helder Barbalho; pelo presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, deputado Daniel Santos; pelo vice-almirante Edervaldo Teixeira Filho, comandante do 4º Distrito Naval; pelo general de Divisão Anísio David Oliveira Júnior, comandante do Exército – 8ª

Região Militar; pelo prefeito de Belém, Zenaldo Coutinho; pela desembargadora Pastora do Socorro Leal, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região; pelo conselheiro Odilon Inácio Teixeira, presidente em exercício do Tribunal de Contas do Estado do Pará; e pelo juiz Ricardo Felício Scaff, da Associação dos Magistrados do Brasil.



Adalberto Xisto destaca Justiça humanista ao assumir o TJPR

Desembargador
Adalberto Xisto assina o termo de posse como presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR).

POSSE | Presidente diz que Direito existe quando influencia pessoas

A nova Cúpula Diretiva do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) tomou posse no dia 1º de fevereiro. A gestão 2019-2020 é formada pelo presidente, desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira; pelo 1º vice-presidente, desembargador Wellington Emanuel Coimbra de

Moura; pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador José Augusto Gomes Aniceto; pelo 2º vice-presidente, desembargador José Laurindo de Souza Netto, e pelo corregedor de Justiça, desembargador Luiz Cezar Nicolau.

Em seu discurso de posse, o de-

sembargador Adalberto Xisto destacou o aspecto humanista da Justiça. “O Direito não existe em abstrato tão somente; ele existe em decisões que influenciam pessoas, mudam vidas, determinam destinos”, afirmou, convidando os magistrados do Estado a refletir sobre a grande responsabilidade social inerente à atividade jurisdicional.



ASCOM / TJPR

Dirigindo-se aos servidores do Poder Judiciário, o novo presidente, em nome da Cúpula Diretiva, reforçou o pedido por um trabalho cada vez mais colaborativo. “Mais do que trabalho em grupo, precisamos de ‘espírito de equipe’, para que possamos, juntos, vencer os próximos desafios”, observou.

Em suas palavras, Xisto ressaltou que dois princípios nortearão a atual gestão: o da absoluta valorização de todas as pessoas que trabalham na instituição; e o princípio do absoluto respeito aos interesses dos jurisdicionados. Segundo o desembargador, ambos estarão alinhados com soluções tecnológicas que racionalizem o fluxo de trabalho, reduzam o tempo de tramitação dos processos e otimizem os recursos humanos e materiais. “Somente assim poderemos cumprir,

de forma eficiente, a importante missão do Poder Judiciário, de oferecer aos jurisdicionados, em prazo razoável, a prestação jurisdicional, a solução para as suas demandas”, destacou o presidente.

O desembargador Renato Braga Bettega, que esteve à frente do TJPR na Gestão 2017-2018, destacou o sentimento de gratidão aos colegas desembargadores durante sua Presidência e afirmou a importância da luta pela valorização do trabalho do Poder Judiciário. “Devemos continuar a busca por condições que permitam aos juízes exercer sua complexa função com tranquilidade, com seu papel devidamente reconhecido. Foi o que buscamos durante nossa gestão”, disse.

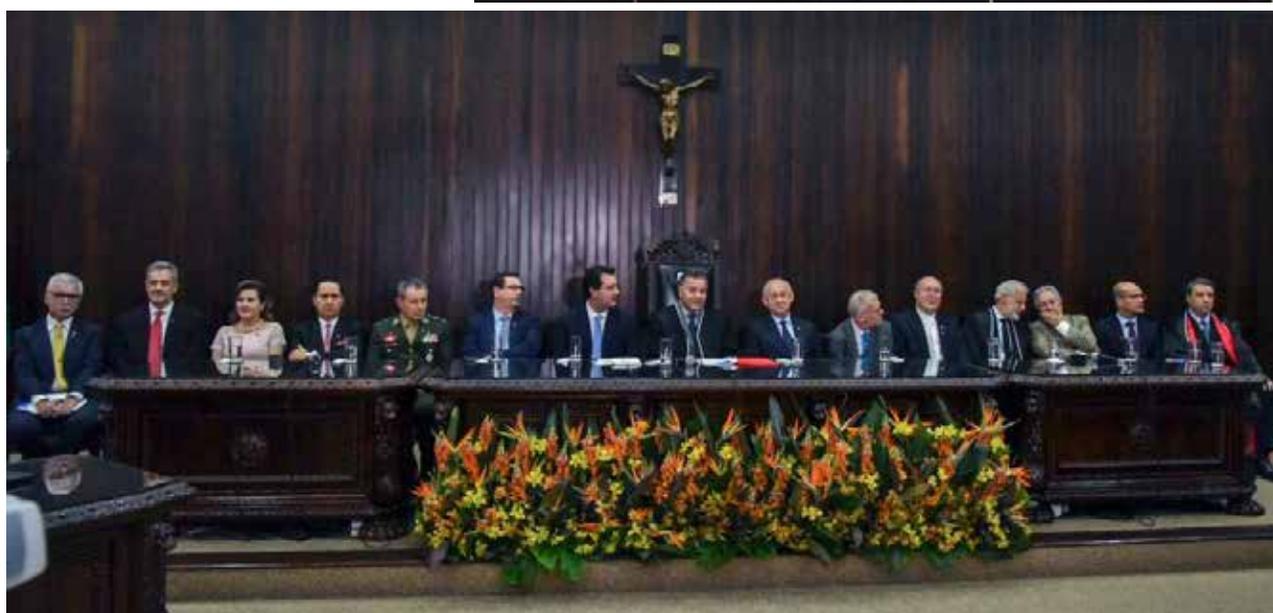
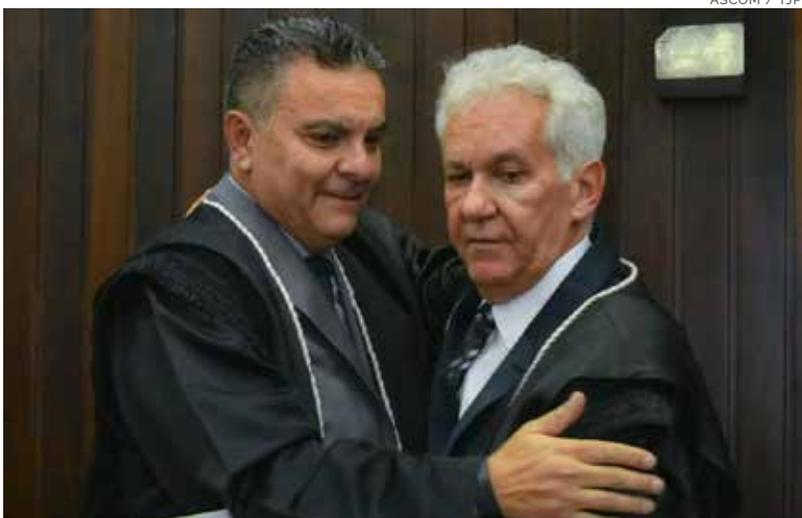
O novo presidente do TJPR ressaltou a competência e a honradez do

trabalho exercido pelo seu antecessor: “O Poder Judiciário Paranaense avançou muito, o que lhe assegura a marca de proficiente realizador e um lugar de destaque na história desta Corte”, disse.

AUTORIDADES PRESENTES À SOLENIDADE

Compuseram a mesa de honra da solenidade: o Presidente do TJPR durante a gestão 2017-2018, Desembargador Renato Braga Bettega; o Governador do Estado do Paraná, Carlos Massa Ratinho Júnior; o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (Alep), Deputado Ademar Luiz Traiano; o Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Desembargador Carlos Vieira Von Adamek, representando, na solenidade, o Presidente do Supremo

Tribunal Federal (STF) e do CNJ, Ministro José Antônio Dias Toffoli; o Ministro Sérgio Luiz Kukina, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), representado o Ministro João Otávio de Noronha, Presidente do STJ; o General Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva, Comandante da 5ª Divisão do Exército; o Arcebispo Metropolitano de Curitiba, Dom José Antônio Peruzzo; o Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), Desembargador Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz; o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), Desembargador Gilberto Ferreira, a Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT9), Desembargadora Marlene Teresinha FuverkiSuguimatsu; o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), Conselheiro Nestor Baptista; o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, IvoneiSfoggia; o Defensor Público-Geral do Estado do Paraná, Eduardo Pião Ortiz Abraão; o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná (OAB/PR), Cássio Lisandro Telles; o Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR), Juiz de Direito Geraldo Dutra de Andrade Neto.





No TJMT, Carlos Alberto da Rocha quer Judiciário ao lado da sociedade

POSSE | Desembargador aponta desafios da gestão: celeridade e inovação

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) realizou, no dia 19 de dezembro, sessão solene de posse da nova diretoria do Poder Judiciário de Mato Grosso para o biênio 2019/2020. Com 33 anos de magistratura, o desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha assumiu o cargo de presidente do Tribunal de Justiça e passará a gerir, a partir de 1º de janeiro de 2019, o Poder Judiciário estadual.

Também tomaram posse os desembargadores Maria Helena Gargaglione Póvoas, no cargo de vice-presidente, e Luiz Ferreira da Silva,

na função de corregedor-geral da Justiça. O evento foi realizado no Plenário 1 do TJMT, na sede do Palácio da Justiça.

Em seu pronunciamento de posse, o novo presidente do TJMT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, destacou os principais desafios para o biênio que se aproxima: celeridade na prestação jurisdicional, melhoria da infraestrutura, atuação institucional, inovação e aproximação com a sociedade. “Compartilho o anseio social por melhorias na qualidade dos serviços públicos, o que nos levou a impor, como meta de nossa gestão, alcançar a tão sonhada cele-

Desembargador
Carlos Alberto vai trabalhar pela melhoria da infraestrutura no TJMT.

ridade processual, sem perda das garantias do devido processo legal, do amplo direito de defesa e da garantia do contraditório. A gestão que se iniciará em 1º de janeiro próximo, tenham certeza, buscará superar toda e qualquer amarra que impede o Poder Judiciário Mato-Grossense de chegar a todos os jurisdicionados, independente da distância que estejam desta sede. Não haverá casulo que nos impeça de promover a justiça e atender os anseios da sociedade”, assegurou.

Conforme o magistrado, é tempo de assegurar a Justiça em movimento, acessível, célere e eficiente, como relata o slogan da nova gestão. “Ciente de que o futuro já chegou, o Poder Judiciário está em transformação. As mudanças a nós impostas nos forçam a navegar por novos mares, porque quando parecia que todos os mares já tinham sido descobertos, se exige um novo olhar para velhos problemas. A

Presidente

Carlos Alberto da Rocha
discursou na solenidade
de posse no TJMT.

palavra é inovação. Inovação não apenas na esfera da tecnologia da informação, mas nos processos de trabalho, na reorganização da rotina e, em especial, na ampliação do diálogo com a sociedade”, complementou.

Ao final, o magistrado – cercado pela esposa e pelos netos - rendeu agradecimentos à família. “As palavras são insuficientes para descrever, adequadamente, o quão imprescindível tem se mostrado, durante todos os momentos de minha vida, o apoio, a compreensão e as palavras de encorajamento. Agradeço a todos vocês pela paciência, solidariedade, amor e resignação em razão de minhas ausências nos longos períodos em que me dedico ao Poder Judiciário. A vocês, a minha eterna gratidão e meu inquebrantável amor”.

**RUI RAMOS DESTACA
ESFORÇO COLETIVO**

Ao transmitir o cargo para seu sucessor na presidência do TJMT, o desembargador Rui Ramos destacou duas lições que pôde tirar dessa trajetória: austeridade em suas ações e grandeza de alma com os que são dignos de piedade. “Desde quando – já vai para dois anos – assumi a missão com que meus pares me agraciaram, traçamos um caminho à base do comprometimento com a Instituição, o que passava a acarretar dedicação absoluta durante esse período. As conquistas havidas, estas resultam de muito esforço coletivo. Na esteira daquilo a que alude Rui Barbosa, plantamos a semente do carvalho para o abrigo do futuro”, salientou.

Rui Ramos destacou o trabalho diuturno e dedicado das desembargadoras Marilsen Addario e Maria Aparecida Ribeiro, que juntamente com ele compuseram a gestão 2017/2018. “Posso lhes afiançar: a probidade caracteriza uma

HAILLYN HEIVINY / GCOM TJMT





Plenário
companhou o termo de
assinatura de posse do
presidente Carlos
Alberto da Rocha.

e outra. Vossas Excelências, nobres pelo cargo que ocuparam, preferiram notabilizar-se pela competência”, asseverou, sem deixar de agradecer ao empenho de cada servidor e juiz que integram a instituição. Aos novos dirigentes, desejou votos de sucesso.

Também fizeram uso da palavra o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Mato Grosso, Leonardo Pio da Silva Campos, e o procurador-geral de Justiça, Mauro Benedito Pouso Curvo. Prestigiaram a solenidade o governador do Estado, Pedro Taques; o presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Eduardo Botelho; e diversas outras autoridades, como o desembargador Geraldo Domingos Coelho, representando o presidente do Tribunal de Justiça de Minas



Gerais; a desembargadora aposentada Shelma Lombardi de Kato; o governador eleito Mauro Mendes; o senador eleito Jayme Campos; a prefeita de Várzea Grande, Luci-

mar Campos; deputados estaduais; secretários de Estado; membros do Ministério Público e da Defensoria Pública; magistrados; advogados e servidores, entre outros.

Harmonia entre Poderes vai ganhar ênfase no TJGO com Walter Lemes

POSSE | Novo presidente da Corte goiana anuncia prioridades de sua gestão

Os novos dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) no biênio 2019/2021, desembargadores Walter Carlos Lemes, Nicomedes Domingos Borges e Kisleu Dias Maciel Filho, tomaram posse no dia 1º de fevereiro nos cargos de presidente, vice-presidente e corregedor-geral da Justiça, respectivamente. Com 37 anos de exercício da magis-

tratura, Walter Carlos Lemes assume a presidência do Tribunal goiano em substituição ao desembargador Gilberto Marques Filho e o desembargador Kisleu Dias Maciel Filho passa a ocupar o cargo de corregedor-geral no lugar do colega Walter Carlos.

O novo presidente do TJGO, desembargador Walter Carlos Lemes, enfatizou que suas prioridades estão

calcadas em quatro pilares: informatização, uso melhor da tecnologia, conciliação e relação harmônica entre os Poderes. “Trabalharei incansavelmente para implementar a votação eletrônica neste Tribunal e levar uma internet de qualidade a todas as comarcas, onde possam inclusive serem feitos julgamentos e sustentações orais pelo sistema de videoconferência. Queremos que os julgamentos eletrônicos possam desafogar os gabinetes dos juízes e desembargadores e que os advogados, os integrantes do Ministério Público e as próprias partes possam sentir que a Justiça não será mais tão morosa quanto ainda é”, destacou.

Ao apontar levantamento realizado pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que indica que 89% da população considera o Judiciário moroso, o novo presidente do TJGO deixou claro que buscará

ASCOM / TJGO

Desembargador
Walter Carlos Lemes destacou informatização e conciliação como pilares de sua gestão.



ASCOM / TJGO



alternativas para transformar esse quadro. “A solução para os problemas do Judiciário, que são graves em todo o País, não virá como em um passe de mágica. Certamente, jamais atingiremos a perfeição, mas não devemos poupar esforços no sentido de amenizar o inegável sofrimento daquele que busca o seu direito através da última via que lhe é dada: o Judiciário. Tenho fé na vitória da batalha, pela Justiça social em que não existe distinção entre poderosos e humildes; raças diferentes, ricos e pobres. A injustiça em qualquer lugar é uma ameaça à Justiça em todo lugar”, ressaltou.

Antes de finalizar suas palavras, Walter Carlos foi enfático ao asseverar que homens com função pública não podem ficar isentos de responderem por seus atos. “Devemos mostrar transparência, fazer cumprir a lei porque ao seu império – todos, sem exceção alguma - também estamos sujeitos. Nós, magistrados, não somos

Presidente Walter Carlos Lemes (acima, à esquerda) assinou o termo de posse e foi saudado no TJGO.



deuses, devemos enfrentar os desafios da vida. Homens com função pública não podem ficar isentos de responderem por seus atos. Devemos mostrar transparência, fazer cumprir a lei porque ao seu império – todos, sem exceção alguma – também estamos sujeitos”, reiterou.

Aplaudido de pé pelos servidores e por todos os presentes ao evento, o desembargador Gilberto Marques Filho, em breves palavras, agradeceu o apoio de todos os desembargadores, magistrados e servidores que contribuíram para o êxito da sua gestão e afirmou que envidou todos os esforços para tornar mais célere e humana a Justiça goiana. “A única palavra que tenho comigo hoje é gratidão. Sou grato a cada desembargador, juiz e servidor deste Tribunal, do mais letrado ao mais humilde”, comoveu-se. Na sequência,

foram realizadas duas apresentações musicais: a primeira pelo violero Marcus Biancardini e a segunda pela cantora Camilla Faustino, ambos músicos goianos e reconhecidos internacionalmente.

DIÁLOGO EM PROL DA DEFESA DO CIDADÃO

Representando o Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO), o procurador-geral Benedito Torres Neto defendeu a importância do diálogo entre as instituições para a defesa dos direitos do cidadão. As crises políticas e econômicas que assolam o País e como as instituições públicas podem agir para defender os direitos da sociedade deram a tônica de seu discurso.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás (OAB-

-GO), Lúcio Flávio Siqueira de Paiva, frisou que a advocacia goiana confia na Justiça prestada pelo Poder Judiciário de Goiás. “É-lhe fiel e vê, na figura de cada juiz e juíza deste Estado, o direito feito homem e mulher. Se assim não fosse, a Justiça, divindade que é, não se manifestaria em nossos processos. Cremos e confiamos. Na Justiça e nos julgadores. É nosso ato de fé”, enfatizou.

No encerramento da solenidade, as mulheres dos novos dirigentes do TJGO, Maria da Conceição Machado Lemes, conhecida carinhosamente como Mariazinha, Regina Célia Licínio de Miranda Dias Maciel e Nilda Ramos Pires Borges, foram homenageadas com um buquê de rosas, bem como a esposa do desembargador Gilberto Marques Filho, Rubinea Ávila Marques.



ASCOM / TJSE

Excelência na gestão é meta do novo presidente do TJ de Sergipe

POSSE | Desembargador Osório Filho assume pela segunda vez a Corte

Manter o Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) entre os melhores do país é um dos propósitos do desembargador Osório de Araújo Ramos Filho na presidência do Judiciário sergipano até fevereiro de 2021. A posse da nova Mesa Diretora – também composta pelo desembargador Alberto Romeu Gou-

veia Leite, como vice-presidente; e a desembargadora Elvira Maria de Almeida Silva, como Corregedora Geral da Justiça – ocorreu no dia 1º de fevereiro, no auditório do Palácio da Justiça.

“É uma meta nossa continuar com o Selo Diamante através de alguns objetivos estratégicos,

Desembargador Osório de Araújo Ramos Filho disse que vai trabalhar para manter o Selo Diamante no TJSE.

como o aperfeiçoamento nas áreas de gestão de pessoas, custos, justiça criminal e respeito à cidadania, promovendo cada vez mais a celeridade na aplicação da jurisdição”, disse o novo presidente em entrevista à imprensa, antes do início da solenidade. Ele também lembrou que é o segundo desembargador a assumir por duas vezes a presidência do TJSE. “São coisas do destino, mas ser presidente por duas vezes aumenta minha responsabilidade.”

“É um fato histórico. Isso somente ocorreu com o desembargador João Bosco de Andrade Lima, que foi presidente entre 1960 e

1965”, comentou o desembargador Osório, que havia assumido a presidência do TJSE em junho de 2012, com a aposentadoria do desembargador José Alves Neto, até janeiro de 2013, com a posse do desembargador Cláudio Déda.

Após a leitura do juramento e assinatura do termo de compromisso de posse feito pelos novos componentes da Mesa Diretora, o desembargador Osório iniciou seu discurso parabenizando a gestão anterior. Ele também disse que enfrentará a nova missão com “dedicação e amor”, sabendo que terá o apoio dos colegas da Mesa Diretora, dos demais desembargadores e dos servidores do Poder Judiciário, “que formam uma família saudável e forte”.

Para o desembargador Alberto Romeu, ser vice-presidente do TJSE é uma grata surpresa. “Jamais imaginei chegar a esse cargo. Eu já estava imensamente satisfeito em ter ingressado

na magistratura do Estado de Sergipe. E agora fico mais satisfeito ainda de ter chegado até aqui. São coisas que a vida nos traz e temos que corresponder às expectativas, dando um retorno à sociedade”, comprometeu-se.

Já a nova Corregedora, desembargadora Maria Elvira, lembrou que pretende dar continuidade ao bom trabalho exercido pela gestora anterior, desembargadora Iolanda Guimarães. “Temos várias metas a cumprir, inclusive estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Meu principal objetivo é conseguirmos manter o Selo Diamante”, destacou Elvira Maria.

Antes de empossar a nova Mesa Diretora, o desembargador Cezário Siqueira Neto fez um balanço sobre sua administração e disse à imprensa que o pagamento dos precatórios foi uma grande marca da gestão. “Pagamos mais de R\$ 199 milhões. Então, isso nos deixa alegres porque diminui a angústia dos credores, que sofriam

há tantos anos. Saio com a sensação do dever cumprido. A equipe do Tribunal se dedicou muito. E o resultado é que somos o único Tribunal do país com o Selo Diamante e por dois anos consecutivos”, comemorou.

GOVERNADOR PRESTIGIA SOLENIDADE

O governador de Sergipe, Belivaldo Chagas, prestigiou a solenidade de posse da nova Mesa Diretora do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE), agora sob presidência do desembargador Osório de Araújo Ramos Filho, e disse que os desembargadores são muito competentes. “Espero que continuemos com a relação de respeito, harmonia e independência, mas, acima de tudo, pensando no melhor para Sergipe”, destacou.

No TJSE, posse do desembargador Osório Filho ganhou destaque na imprensa.

ASCOM / TJSE





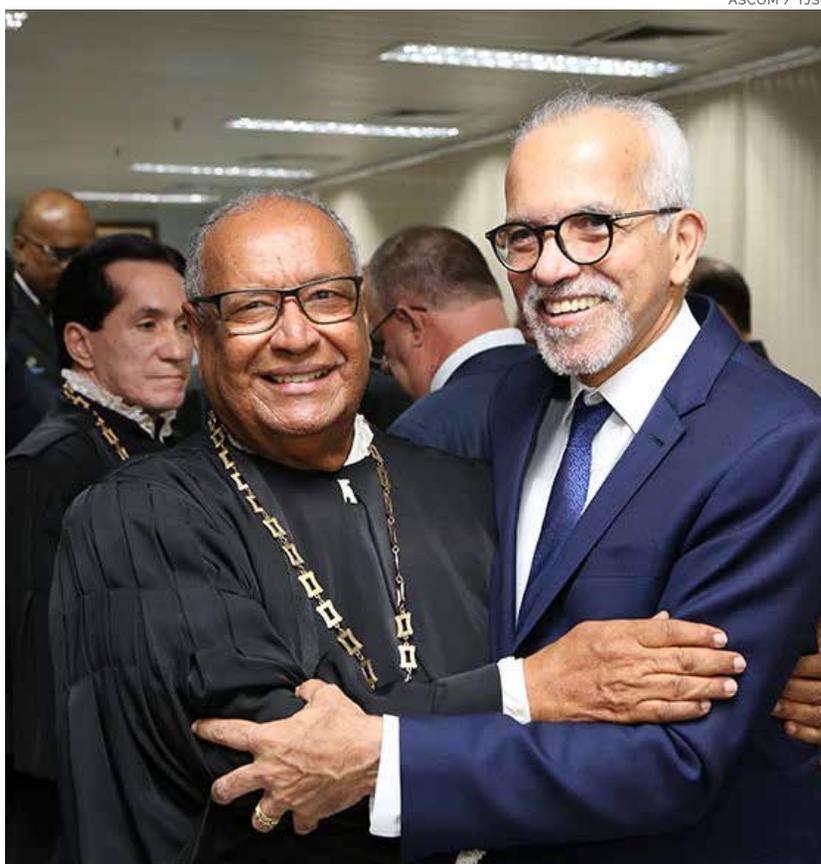
ASCOM / TJSE

Desembargador Osório
Filho faz juramento e
recebe congratulações.

O procurador-geral de Justiça, Eduardo Barreto D'Ávila Fontes, disse que foi aluno do desembargador Osório e que a parceria entre Tribunal e Ministério Público é essencial para a sociedade.

O vice-presidente da Associação dos Magistrados de Sergipe (Amase), Gustavo Plech, disse que, embora a gestão anterior do desembargador Osório tenha sido curta, foi muito profícua. “Eu acredito na capacidade administrativa dele, que é uma pessoa voltada para os anseios da sociedade, com um espírito público aguçado”.

Apresente em exercício da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SE), Ana Lúcia Aguiar, disse que a expectativa da categoria é que o diálogo seja mantido, com respeito e participação efetiva dos advogados.





Novos dirigentes tomam posse no TJ pernambucano em solenidade pública

POSSE | Desembargador Adalberto de Oliveira Melo assume a presidência

Em sessão solene aberta no Salão do Pleno, do Palácio da Justiça do Judiciário estadual, no Recife, a nova mesa diretora do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) tomou posse no dia 5 de fevereiro para o biênio 2018/2019. Assumiram a mesa diretora os desembargadores Adalberto de Oliveira Melo como presidente, Cândido Saraiwa no cargo de 1º vice-presidente, Antenor Cardoso na 2ª Vice-Presidência e Fernando Cerqueira como

corregedor-geral da Justiça.

O presidente Adalberto de Oliveira Melo agradeceu o apoio da família e a confiança dos desembargadores e demais membros do Judiciário estadual e parabenizou a gestão do seu antecessor. “Antes de falar sobre nosso plano de ação, tenho de felicitar a anterior mesa diretora, da qual fiz parte como 1º vice-presidente, e especialmente o desembargador Leopoldo Raposo pelos excelentes resultados alcançados nos últimos

Desembargador
Adalberto de Oliveira Melo anuncia trabalho integrado no TJPE para garantir maior eficiência jurisdicional.

dois anos. Vossa Excelência honrou compromissos, promoveu mudanças estruturais e garantiu meios para o pleno funcionamento do TJPE”, afirmou.

Adalberto de Oliveira revelou as propostas da sua gestão. “Entendo que a principal meta dos nossos trabalhos é a prestação de um serviço jurisdicional rápido, preciso, eficiente e justo. Devemos promover meios para que a população seja mais bem atendida, inclusive com a realização de parcerias com entidades bem-sucedidas no Estado. Nesse contexto, iremos trabalhar de forma integrada em três campos: o da continuidade, o da motivação e o da inovação. Daremos



ASCOM / TJPE

seguimento aos projetos implantados pelas gestões anteriores e que visam à melhoria das condições de atendimento jurisdicional”, afirmou.

Do plano de ação, Adalberto de Oliveira Melo citou a ampliação de ações de interiorização do Judiciário, da conservação do patrimônio público, da política de transparência do TJPE, do equilíbrio de contas e do aperfeiçoamento dos servidores e magistrados. “Honrar compromissos em prol de um bem maior reflete nossa vocação para prestar o pleno atendimento à sociedade. Propomos nesse contexto, o plano de acessibilidade do Judiciário, com a presença de pessoas com deficiência no cotidiano jurídico como prática de inclusão social, a desburocratização da prestação do serviço jurisdicional e a promoção do trabalho conjunto com outros Poderes para abordagem de temas de interesse comum”, avaliou.

Segundo o desembargador, um dos maiores compromissos da sua gestão será no combate à criminalidade.

“Temos o objetivo de construir o Fórum Criminal da Capital, adaptado às características dos processos penais, com plenas condições de trabalho para a condução e a realização de audiências com réus presos e audiências de custódia. A assinatura do protocolo de intenções para a construção do Fórum aconteceu recentemente, no dia 2 de fevereiro. O Fórum trará segurança necessária para que todos os juízes e servidores possam desempenhar suas funções voltados a maiores produtividade e atenção ao cotidiano desses processos especiais”, disse.

O presidente do TJPE também abordou a elevação de comarcas à categoria de terceira entrância. “No sentido de prestarmos melhor serviço à população, apresentando resultados práticos, buscaremos elevar as comarcas de Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Caruaru e Petrolina para a terceira entrância. Nos casos das cidades da Região Metropolitana do Recife, em face do número de habitantes e da in-

tegração com os demais municípios da área. No Interior, também pela presença da Corte Regional, órgão de Segundo Grau, em pleno funcionamento no Agreste e que deverá ser instalado no Sertão”, declarou o desembargador Adalberto de Oliveira Melo.

A mesa de honra foi composta pelo então presidente do TJPE, desembargador Leopoldo Raposo; pelo presidente empossado do TJPE, desembargador Adalberto de Oliveira; pelo presidente em exercício do Superior Tribunal de Justiça, ministro Humberto Martins; pelo governador do Estado, Paulo Câmara; pelo presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco, Guilherme Uchôa; pelo prefeito do Recife, Geraldo Júlio; pela procuradora de justiça Lúcia de Assis, representando o procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros; pelo comandante militar do Nordeste, general Artur Costa Moura; e pelo bispo diocesano de Caruaru, Dom Bernardino Marchió.

BALANÇO APONTA PARCERIAS DE SUCESSO

No seu discurso de despedida da presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o desembargador Leopoldo Raposo agradeceu o apoio dos magistrados e servidores que fizeram parte da sua gestão e da sua família, em especial a sua esposa, Ismênia Pires. “Meus familiares me incentivaram muito a continuar trilhando o caminho da ética e da justiça. Agradeço pela parceria de órgãos como Governo do Estado, Prefeitura do Recife, Ministério Público de Pernambuco, Defensoria Pública do Estado, Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Pernambuco, sem os quais não poderíamos concluir a gestão da forma como conseguimos”, afirmou.

O desembargador fez um balanço das suas principais ações, dentre as quais a conclusão da implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe), em abril de 2017, em todas as unidades judiciárias cíveis do Estado, totalizando 415 órgãos julgadores nos 1º e 2º graus de Jurisdição. “Na nossa gestão, o PJe foi implantado em 225 órgãos julgadores o que representa um aumento de 118% no número de unidades judiciárias com o sistema”, afirmou. Leopoldo Raposo aproveitou a oportunidade e apresentou o Relatório de Gestão.

A modernização e o processo de humanização da estrutura do Judiciário também foram enfatizados pelo desembargador Leopoldo Raposo. O magistrado citou a construção de nove fóruns, nas comarcas de Agrestina, Custódia, Goiana, Glória do Goitá, Moreno, Tabira, Tracunhaém, Santa Maria da Boa Vista e Taquaritinga do Norte. E ainda a inauguração da Central de Audiências da Capital, com 17 salas destinadas a viabilizar as audiências de conciliação e mediação no início dos processos cíveis, conforme previsto no Novo Código de Processo Civil. “No total, foram realizadas na Central mais de 8 mil audiências e homologados mais de 16 milhões em acordos nesta gestão”, observou.





NUCRI/ TJRR

Novo presidente do TJRR tem como meta o aumento da qualidade

POSSE | Valorização da Magistratura é proposta de Mozarildo Cavalcanti

O novo presidentedo TJRR (Tribunal de Justiça de Roraima) para o biênio 2019/2021, desembargador Mozarildo Cavalcanti, tomou posse no dia 4 de fevereiro, em solenidade marcada pela emoção. A nova diretoria do TJRR assumiu o compromisso de

manter o desempenho da instituição, que vem sendo reconhecida nacionalmente por bater as metas determinadas pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

O desembargador Mozarildo Cavalcanti garantiu que a prioridade da nova gestão será tra-

Desembargador Mozarildo Cavalcanti assumiu com o compromisso de manter o bom desempenho do TJRR.

balhar pela qualidade do sistema jurisdicional no Estado de Roraima, por meio de decisões cada vez mais justas e céleres, além de ampliar o acesso da população aos serviços. “Vamos nos empenhar não só para manter a quantidade e celeridade decisões, com base nas exigências do CNJ, que por diversas vezes já comprovou e reconheceu que o Tribunal de Justiça de Roraima tem respondido, mas pelo aumento da qualidade no sistema jurisdicional voltado à população com sentenças cada

vez mais justas”, declarou.

Participam da gestão do presidente Mozarildo Cavalcanti o desembargador Ricardo de Aguiar Oliveira, como vice-presidente; o desembargador Almiro José Mello Padilha, como corregedor geral de Justiça; e o desembargador Cristóvão José Suter Correia da Silva, diretor da Escola do Judiciário. A desembargadora Elaine Bianchi, que transmitiu a presidência à Mozarildo Cavalcanti, foi quem conduziu o início da solenidade e posteriormente recebeu homenagens do atual presidente.

DIRETRIZES

Como forma de reconhecimento da dedicação e empenho dos magistrados que compõem a Justiça Estadual, o presidente do TJRR, desembargador Mozarildo Cavalcanti, fez questão de incluir todos os juízes de Direito na cerimônia de posse. O Tribunal de Justiça de Roraima é o

único do Brasil que escolhe os dirigentes por meio do voto direto de todos os membros vitalícios, fator importante para o aumento da responsabilidade da nova gestão, segundo o presidente. “Não há como descrever a honra de ter sido prestigiado com quase 100% dos votos dos colegas. A confiança foi grande, maior é a responsabilidade dela decorrente e sei do esforço que farei para honrar. Não foi por outro motivo que fiz questão de pela primeira vez integrar os juízes de Direito à sessão solene de posse da nova administração”, explicou.

Ao destacar a celeridade com a qual os processos no Tribunal de Justiça de Roraima tramitam, com base em dados disponibilizados pelo CNJ, que classificou a instituição com a menor taxa de congestionamento processual do país, o presidente afirmou que a valorização da magistratura será outra das priori-

dades que pautarão esta gestão. “Esse trabalho, que frequentemente entra pela noite e não se interrompe aos finais de semana nem sempre é reconhecido. Mas é graças a essa dedicação que em Roraima, o tempo médio de um processo, é metade do tempo médio nacional. Diante disso, valorização da Magistratura de Primeiro Grau será uma das diretrizes dessa administração, pois é através dela que a Justiça chega de forma mais nítida aos cidadãos”, garantiu.

Cavalcanti destacou a importância dos servidores do Poder Judiciário. Sem o empenho deles, observou, o TJRR não alcançaria os resultados que o levaram ao destaque nacional por diversas vezes.

Desembargador Mozarildo Cavalcanti convidou todos os juízes de Direito para a cerimônia de posse.

FOTOS: NUCRI / TJRR





FOTOS: NUCRI / TJRR

EXPECTATIVAS PARA NOVA GESTÃO

Representantes da OAB-RR (Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Roraima) e MPRR (Ministério Público do Estado de Roraima) participaram da solenidade de posse do desembargador Mozarildo Cavalcanti na presidência do TJRR. Eles manifestaram suas expectativas para a nova gestão.

O presidente da OAB-RR, Ednaldo Vidal, afirmou que a instituição representativa será uma eterna colaboradora no que diz respeito à garantia da democracia e a segurança do amplo direito de defesa ao cidadão. “Essa é a bandeira institucional da Ordem e, nesse particular, ressaltamos a importância de todas as entidades que atuam em prol da sociedade. Nosso desejo é pela justiça social, paz e cidadania. A palavra é união de forças pelo direito universal e a Justiça ao alcance de



todos”, enfatizou Vidal.

A procuradora de Justiça do MPRR, Janaína Carneiro, afirmou que a posse da nova gestão representa mudança e expectativas. “É o início de um novo desafio que se soma aos caminhos anteriores tão bem trilhados. O Ministério Público sempre encontrou no

Tribunal de Justiça um sacerdote do mesmo credo. Tudo que fazemos se reflete na qualidade de vida do povo de Roraima. Mantemos o bem comum por meio da aplicação da Justiça a quem a deseja. Queremos uma sociedade mais segura com resposta rápida à criminalidade”, observou.



Claudio Tavares pautou o TJRJ na defesa de direitos fundamentais

POSSE | Desembargador entende Tribunal como verdadeiro "produtor de Justiça"

Ao tomar posse no dia 4 de fevereiro no cargo de presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), o desembargador Claudio de Mello Tavares destacou que a atuação do Poder Judiciário deve ser pautada em prol da efetivação dos direitos fundamentais e

sociais. "É isso que a sociedade brasileira espera: que o Poder Judiciário seja verdadeiramente um produtor de Justiça", afirmou o magistrado, que foi eleito para o biênio 2019/2020 em dezembro do ano passado, assumindo o lugar do desembargador Milton Fernandes de Souza, que exerceu o

mandato no biênio 2017/2018.

Logo após assumir a presidência, o desembargador Claudio de Mello Tavares empossou os desembargadores Bernardo Moreira Garcez Neto, na Corregedoria Geral da Justiça; Reinaldo Pinto Alberto Filho, na 1ª Vice-Presidência; Paulo de Tarso Neves, na 2ª Vice-Presidência; Elizabete Filizzola, na 3ª Vice-Presidência; e André Gustavo Corrêa de Andrade na Diretoria Geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj).

Desembargador Claudio de Mello Tavares discursa na solenidade de posse, ao lado do governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel.



BRUNNO DANTAS/ TJRJ

O desembargador Claudio de Mello Tavares também destacou como compromisso de sua gestão a informatização dos processos, como forma de alcançar maior celeridade, mais economia e um melhor atendimento à população. “Nossa prioridade será a digitalização de todos os processos para que a Justiça seja mais ágil e a população tenha uma resposta muito mais rápida, que traga paz e tranquilidade a quem procure o Poder Judiciário”, disse o magistrado.

Claudio de Mello Tavares apontou como principal desafio manter uma interlocução com os demais Poderes: “Através do diálogo poderemos encontrar maneiras de contribuir para aumentar a segurança, ajudando a combater a criminalidade em nosso Estado”.

O novo presidente do TJRJ falou, ainda, sobre a superlotação das penitenciárias, que deve aumentar

quando estiver em vigor a regra de prisão para todos os condenados em segunda instância. “Sou a favor dessa medida, pois não é possível que uma pessoa que já foi condenada por um juiz e por desembargadores continue livre, podendo vir a prescrever o crime sem que ela seja punida. O que precisamos é construir mais penitenciárias”, afirmou.

Ao transmitir o cargo, o desembargador Milton Fernandes de Souza afirmou que, ao assumir a presidência, se comprometeu com uma administração marcada por harmonia, austeridade e união. “O Estado do Rio de Janeiro enfrentou a pior crise, com problemas no Executivo e no Legislativo. O Poder Judiciário, com a união de todos, superou essa crise com o trabalho de magistrados e servidores” – disse o desembargador, ressaltando que o TJRJ está saudável financeiramente.

A desembargadora Gizelda Leitão Teixeira fez o discurso de saudação à nova Administração do Tribunal. “Magistrados altamente comprometidos com suas funções, dedicam-se além do limite de suas forças para bem desempenharem suas obrigações e daí resultam decisões, sentenças e acórdãos de qualidade inegável que compõem conflitos, reconhecem direitos e impõem a quem transgide as leis a devida punição. Nos integrantes da nova administração do Tribunal de Justiça repousam a esperança e aspirações não só de Magistrados e Servidores, mas de toda a população desse Estado”, disse.

Mais de duas mil pessoas lotaram o Tribunal Pleno do Fórum da Capital, entre as quais autoridades dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, além de chefes militares. A cerimônia foi acompanhada também por mais de 60 jornalistas.

SILÊNCIO POR BRUMADINHO

Durante a solenidade de posse, o novo presidente do tribunal, desembargador Claudio de Mello Tavares, pediu um minuto de silêncio em homenagem às vítimas da tragédia de Brumadinho, ocorrida em 25 de janeiro último. O rompimento da barragem da Vale no município de Minas Gerais provocou a morte de 150 pessoas. Outras 182 continuam desaparecidas.

Acompanhado da mãe, Maria Teresa, ele foi conduzido ao Pleno para a posse pelos padrinhos, os desembargadores Otávio Rodrigues, Renata Machado Cotta, e Adolpho Correa de Andrade Mello Júnior. Após Claudio de Mello Tavares ser declarado presidente, a soprano Dulli Contente interpretou a "Ave Maria", de Schubert.

Claudio de Mello Tavares é desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro desde 1998. No início da carreira, atuou como jurado no I Tribunal do Júri (1983) e também trabalhou em escritórios de advocacia. Foi delegado na Comissão de Defesa, Assistência e Prerrogativas da OAB/RJ (1987/1989), representante da OAB/RJ na 5ª e na 9ª varas federais do Estado do Rio de Janeiro (1988), assistente do juiz presidente do TRT 1ª Região, instrutor da Comissão de Seleção e Instrução da OAB/RJ (1989/91) e juiz da I Câmara Cível (1996/98) do Tribunal de Alçada Cível. É membro da União dos Juristas Católicos desde 1998, quando, por merecimento, foi promovido a desembargador. Em 2004/2005 foi conselheiro da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj), e, em 2005, assumiu a presidência da 11ª Câmara Cível do TJRJ. Em 2010/2011 integrou o Conselho de Magistratura e foi membro da Comissão de Vitaliciamento. Desde 2013 é membro do Órgão Especial do TJRJ, sendo ex-presidente da Comissão de Regimento Interno.





ASCOM / TJPB

Desembargador assume TJPB com foco em economia e avanço tecnológico

POSSE | Presidente Márcio Murilo convoca servidores para gestão proativa

Tecnologia, economia e priorização do 1º Grau. Esses foram alguns dos pilares de trabalho apontados pelo novo presidente do Tribunal

de Justiça da Paraíba (TJPB), desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, empossado durante a cerimônia ocorrida no dia 1º de janeiro,

Desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos assina o termo de posse como presidente do TJPB.

junto aos demais membros da nova Mesa diretora do Judiciário estadual: o vice-presidente da Corte de Justiça e o corregedor-geral, desembargadores Arnóbio Alves Teodósio e Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, respectivamente.

A solenidade ocorreu no Auditório Ariano Suassuna, do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB). Foram empossados, também, o

ouvidor-geral de justiça, desembargador José Aurélio da Cruz, e o diretor da Escola Superior da Magistratura (Esma), desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque.

Ao discorrer sobre os planos voltados para o biênio que se inicia (2019/2020), o presidente empossado falou sobre a priorização do 1º Grau de jurisdição. “O enxugamento de cargos comissionados do 2º Grau de jurisdição vai gerar uma economia em torno de R\$ 14 milhões, nos dois anos, que será repassada ao 1º Grau, para que cada juiz tenha seu assessor e os servidores tenham as condições necessárias para prestar o melhor trabalho ao jurisdicionado”, destacou Márcio Murilo.

O novo gestor também exaltou a necessidade de conciliação com todos os pares, juízes e servidores. “Quero chamar a todos para o engajamento em prol de um corpo de magistrados e servidores proativos, que sirvam à sociedade. Queremos oferecer dignidade aos servidores de todas as regiões. Tentaremos fazer muito com pouco, diante do orçamento, que será restrito”, afirmou.

Durante a solenidade, foi apresentado um vídeo documentário, produzido pela Diretoria de Comunicação Institucional, com os feitos realizados pela gestão do desembargador Joás de Brito Pereira Filho, que transmitiu o cargo ao colega desembargador, desejando-lhe sorte em seu novo mister e agradecendo a todos que colaboraram com as atividades nos últimos dois anos.

“Sinto-me, hoje, aliviado por ter cumprido a missão que me foi dada e estar entregando a gestão, com os resultados que obtivemos. Resgatamos a autonomia do Judiciário e isso foi um intento importantíssimo”, ressaltou Joás de Brito.



Em seguida, os membros da Mesa Diretora, assim como os demais empossados, prestaram o compromisso regimental de posse, assinaram os devidos termos e, na sequência, foram saudados pelas autoridades.

O primeiro a fazer uso da palavra foi o desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos, que deu as boas-vindas ao irmão e colega de trabalho e aos demais membros da Mesa Diretora, em nome do Tribu-

Presidente Márcio Murilo anunciou seu plano de ação aos magistrados paraibanos: fazer muito com pouco.

nal de Justiça da Paraíba. “Essa predicação de valorosa equipe de administradores, assegura que a justiça paraibana, nos próximos dois anos, estará em boas mãos e será exercida com a austeridade, que convém à magistratura e com a eficiência reclamada por seus jurisdicionados”, enfatizou.



ASCOM / TJPB

Ao falar sobre a personalidade e conduta do presidente empossado, Abraham Lincoln afirmou que o irmão, embora nunca tivesse se declarado como líder, sempre se destacou como um, “devido à humildade, atitudes altivas, disposição para o trabalho e espírito inovador”.

Emocionado, lembrou do pai, desembargador Miguel Levino, falecido recentemente. “A educação que nosso pai nos deu, à sua imagem e semelhança, não foi uma herança, pois esta, quando dividida, pode acabar. Ele deixou um legado, que, quanto mais o dividirmos, mais crescerá”,

JUDICIÁRIO ORGANIZADO E SOB CONTROLE

Ao transmitir a Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) ao desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, o desembargador Joás de Brito Pereira Filho afirmou

estar convicto de ter deixado o Poder Judiciário organizado e com um Controle Interno de alto nível, que irá ajudar a nova administração.

Joás de Brito avaliou positivamente a sua gestão e disse que volta a atuar na Câmara Criminal, de onde saiu para administrar o Tribunal de Justiça. Disse estar a disposição do novo presidente e pronto para seguir outras missões em que o desembargador Márcio Murilo necessite de sua contribuição.

Ao falar sobre as realizações a frente do TJPB, o ex-presidente lembrou que travou uma batalha jurídica e conseguiu resgatar a autonomia do Poder Judiciário. “Iniciamos a administração com muita discussão jurídica, mas suplantamos tudo isso e, depois, demos encaminhamento a um árduo trabalho. Investimos em Tecnologia da Informação e na transparência. Abrimos o orçamento para que todos tivessem conhecimento dos contratos existentes

Com o plenário lotado, desembargador Márcio Murilo nunciou seu plano de metas.

no Tribunal e das dificuldades que o Órgão Judiciário estava passando. Fechamos com chave de ouro, por meio de um acordo firmado com o Governo do Estado da Paraíba, resgatando a harmonia entre os Poderes”, declarou.

As boas-vindas ao novo presidente também foram proferidas pelo advogado Paulo Américo Maia de Vasconcelos, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraíba (OAB-PB). “A Ordem tem mais de 25 mil inscritos e o novo presidente está sendo saudado pelo decano da instituição. Eu o conheço há muito tempo, assim como toda sua família. Posso afirmar que ele é titular de um grande espírito de justiça, e sabe que a lei não é apenas uma regra para compor um litígio, mas, sempre um instrumento para se fazer justiça”, asseverou.



Nova direção do TJMS será regida por transparência e responsabilidade

POSSE | Desembargador Paschoal Carmello Leandro assume Presidência

Com transmissão ao vivo para as comarcas, tomou posse no dia 29 de janeiro, no plenário do Tribunal Pleno, a nova diretoria do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS), para a gestão 2019/2020. O desembargador Paschoal Carmello Leandro assumiu a Presidência da Corte, o desembargador Carlos Eduardo Contar passou a responder pela Vice-Presidência e o desembargador Sérgio Fernandes Martins tornou-se

o corregedor-geral de Justiça.

Em seu discurso, o novo presidente do TJMS afirmou que assume o cargo com o compromisso de preservar a ética, a transparência, a efetividade da prestação jurisdicional e, sobretudo, com responsabilidade ambiental e socioeconômica.

“Tenho pleno conhecimento da responsabilidade ora assumida, até porque, em 2014, por quatro meses exerci o comando deste Tribunal. E

Desembargador
Paschoal Carmello
anunciou gestão no
TJMS com foco em
responsabilidade
socioambiental e
econômica.

nesse lapso temporal trabalhamos preparando a administração para o biênio seguinte, 2015/2016, sob a regência do desembargador João Maria Lós, de quem tive o prazer de ser o vice-presidente”, disse ele.

Paschoal fez uma síntese das ações mais importantes realizadas quando de sua passagem pela Vice-Presidência e lembrou que no último biênio exerceu a função de Presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados. “Intensificamos o monitoramento dos processos em andamento nos Juizados; normatizamos as atividades de juízes leigos e conciliadores; promovendo mecanismos de gestão, como



ASCOM / TJMS

o banco de sentenças. Preocupamo-nos também com o déficit da força de trabalho e aprovamos resolução com a finalidade de melhor atender as peculiaridades de cada juizado. Atento aos anseios dos jurisdicionados, concretizamos parceria iniciada na gestão do colega Des. Marco André Nogueira Hanson, que resultou na doação do ônibus e na instalação da Justiça Itinerante em Três Lagoas”, apontou.

O novo presidente do TJMS garantiu que é preciso haver mais diálogo, envolvimento e ações articuladas com os demais poderes, especialmente com as instituições essenciais à administração da justiça para que as melhorias no serviço público sejam de fato implementadas. E, ao concluir, citou Henry Ford: “Unir-se é um bom começo, manter a união é um progresso e trabalhar em conjunto é a vitória”.

Em nome do Tribunal de Justiça falou o desembargador Júlio Roberto Siqueira Cardoso. Em discurso, ele ga-

rantiu que o desembargador Divoncir Maranhão cumpriu fielmente o que havia prometido há exatos dois anos. “Sei que em uma ocasião como esta o mais importante é ensejar sucesso e torcer pelo brilho da novel administração, mas seria injusto se não me referisse ao brilhante mandato exercido pelo presidente ora retirante, desembargador Divoncir Maranhão. Sua missão foi cumprida.”

O procurador-geral de Justiça, Paulo César dos Passos, chamou a cerimônia de rito de passagem, momento cíclico que revigora a República. Ao Des. Divoncir Maranhão, que encerrou o ciclo 2017/2018, disse que os sentimentos que tomam a sociedade sul-mato-grossense são de honra, gratidão e orgulho, frisando que o Ministério Público reconhece de público a excelência de sua gestão.

Aos novos integrantes, o procurador lembrou que administrar a estru-

tura da justiça, vocacionada à pacificação de conflitos sociais, é um imenso desafio. “O MP tem plena confiança no dinamismo, idealismo e vocação de vossas excelências para o trabalho, e a certeza de que o Des. Paschoal, junto com os novos integrantes da gestão, será um administrador que empenhará todo o brilho de sua inteligência para que se possa levar a bom termo a missão constitucional de Poder Judiciário”.

SOLIDARIEDADE ÀS CAUSAS PÚBLICAS

O governador do Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, usou a palavra para reconhecer que a magistratura de MS tem dado inequívocas demonstrações de preciosa solidariedade ao Governo e às causas públicas. Como resultado dessa parceria, segundo Azambuja, ao contrário de outros Estados, o Mato Grosso do Sul manteve-se em pé em meio à tempestade provocada pelo

Desembargador João Maria Lós saudou o novo presidente do TJMS.

desarranjo econômico e pela crise de representação política sem precedentes na história do Brasil. “Reitero meu desejo pessoal de renovada disposição para o trabalho conjunto. Precisamos somar forças, recursos, inteligência e trabalho para superar distorções históricas, que ainda travam o crescimento do país que queremos e podemos ser. Contem conosco na defesa intransigente dos interesses e dos sonhos do nosso povo”, concluiu o governador.

O presidente da OAB/MS, Mansour Elias Karmouche, agradeceu ao Des. Divoncir Schreiner Maran – a quem chamou de homem cuja serenidade, inteligência e capacidade jurídica, conduziu o Poder Judiciários nos dois últimos anos – pelo diálogo e coexistência harmônica com as instituições. Ele saudou os novos integrantes da administração do TJMS afirmando que saberão enfrentar os desafios, a nova realidade com suas demandas e suas complexidades.

“O Poder Judiciário é cada vez mais aberto. As relações com a sociedade são cada vez mais direta, mas temos a absoluta certeza de que o TJMS tem a sua frente homens conscientes de sua missão. Responsáveis por garantir uma imagem sólida e respeitável de nosso sistema judicial. (...) Só vamos ter êxito convergindo nossos propósitos, dialogando em busca de entendimento. Temos certeza que tomarão as decisões mais equilibradas e eficazes para um Judiciário de vanguarda em MS”.

Compuseram o plenário especial o juiz Eduardo Eugenio Siravegna Jr., presidente da Associação dos Magistrados de MS (Amamsul); o General Lourival Carvalho Silva, do



Comando Militar do Oeste (CMO); o Brigadeiro Augusto César Abreu dos Santos, da Ala 5 da Aeronáutica; o arcebispo Dom Dimas Lara Barbosa; o Des. Fávio Alberto Cabañas Gossen, representando a Suprema Corte do Paraguai; o Des. Francisco das Chagas Lima Filho, do TRT da 24ª Região; o conselheiro Iran Coelho das Neves, presidente do TCE/MS; o Des. Carlos Eduardo Padin, presidente do TRE/SP; Des. Pedro Ranzi (TJAC), o Des. Élcio S. Mendes Jr, vice-presidente do TRE/AC e ouvidor do

TJAC; os juízes Fernando Ganem (TJPR); Patrícia Szporer (TRE/BA) e Cícero Alves da Silva (TJAL).

Participaram também da solenidade magistrados aposentados, juízes da Capital e do interior, os ministros Reynaldo Soares da Fonseca (STJ) e Tarcísio Vieira de Carvalho Neto (TSE), o Defensor Público Geral, Luciano Montali; o presidente da ALMS, deputado Junior Mochi; o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, juiz Jayme Martins, e o prefeito de Campo Grande, Marcos Trad.



Helvécio Neto tem como objetivo no TJTO o combate à improbidade

POSSE | Desembargador também pretende fortalecer soluções alternativas

Ao ser empossado no dia 1º de fevereiro, o presidente Helvécio de Brito Maia Neto garantiu que o “combate à corrupção e à improbidade administrativa, o fortalecimento das soluções alternativas de conflitos e o aprimoramento da gestão da justiça criminal” seguirão na pauta principal do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO). “São objetivos permanentes aos quais

precisamos nos manter atentos”, lembrou o presidente durante a solenidade de posse da nova mesa diretora no Pleno do Tribunal.

O governador do Tocantins, Mauro Carlesse, prestigiou a solenidade. Também estiveram presentes o presidente da Assembleia Legislativa, Toinho Andrade, autoridades municipais, estaduais e federais,

além de representantes de várias instituições públicas e privadas e entidades de classe.

O presidente Helvécio Neto destacou a importância do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário (ciclo 2015/2020), no qual foram construídos 30 projetos e 30 metas, tendo como base os macrodesafios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). “Governança judiciária, aperfeiçoamento da gestão de custos, melhoria da gestão de pesso-

Desembargador

Helvécio de Brito Maia Neto destacou, entre as prioridades de sua gestão no TJTO, o aprimoramento da Justiça criminal.

as e infraestrutura alicerçaram, para as gestões que se seguiram, a celeridade da prestação jurisdicional e a busca pela efetivação de direitos da cidadania."

Tendo como pano de fundo as transformações sociais e mudanças de valores da sociedade brasileira e mundial, em consequência do avanço tecnológico e da realidade virtual, que requer atuação efetivas dos poderes da República, o novo presidente (biênio 2019/2021) revelou ainda os novos objetivos e desafios do TJTO, já mirando o ciclo 2021/2025.

"Para tanto, confiamos no apoio, como sempre foi dado, da Corregedoria Geral da Justiça, da Escola Superior da Magistratura (Esmat), da Ouvidoria Judiciária, órgãos de excelência desta Corte, assim como do apoio dos eminentes e indispensáveis colegas deste Tribunal de Justiça", reforçou Helvécio de Brito Maia Neto

O presidente ressaltou também importância de advogados, promotores, defensores públicos, delegados, procuradores e demais atores do sistema judicial, considerado por ele como "indispensáveis à administração da Justiça, verdadeiros guardiões da Constituição. "Precisamos, de fato, fortalecer nossas bases e ampliar essa construção conjunta da paz social", frisou.

OBRAS E INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA

"Executamos 99% do orçamento disponibilizado nos dois anos de gestão e os investimentos em infraestrutura estiveram entre as prioridades", revelou o desembargador Eurípedes Lamounier em seu discurso de entrega do cargo de presidência do TJTO. Entre outros pontos positivos, ele destacou entrega dos Fóruns de Araguaína e Taguatinga e o início das obras da Cidade do Judiciário, que vai abrigar todos os setores da Justiça estadual que hoje funcionam em prédios alugados, em Palmas.

Outro ponto ressaltado por Lamounier foi o investimento em tecnologia que resultou no aprimoramento do sistema de processo eletrônico, o e-Proc. "Temos muito orgulho em dizer que servimos de referência para tribunais estaduais e superiores", comemorou o desembargador.



Conciliação e mediação estão na agenda do novo presidente do TJAL

POSSE | Desembargador Tutmés Airan assume a direção da Corte alagoana

O desembargador Tutmés Airan de Albuquerque Melo assumiu a Presidência do Tribunal de Justiça de Alagoas, no dia 3 de janeiro. Durante a posse formal no gabinete da Presidência, ele reafirmou que o seu esforço central será aproximar o Judiciário da população.

Também tomaram posse os desembargadores Sebastião Costa

Filho, como vice-presidente; Fernando Tourinho de Omena Souza, como corregedor-geral de Justiça; Fábio José Bittencourt Araújo, como diretor da Escola Superior da Magistratura (Esmal); e ainda Celyrio Adamastor Tenório Accioly e Washington Luiz Damasceno Freitas, ambos como integrantes do Conselho Estadual da Magistratura.

“É evidente que é um desafio enorme, mas que de alguma forma está facilitado porque eu vou continuar o excelente trabalho feito pelo desembargador Otávio Praxedes, evidentemente com algumas novidades, que tem muito a ver com a minha visão de mundo e com meu temperamento”, disse Tutmés Airan.

Segundo ele, a novidade central é o empenho em se aproximar da sociedade. “Afinal de contas, nós existimos em razão de um serviço que prestamos à sociedade, e esse serviço precisa definitivamente melhorar.”

O novo presidente sinalizou que pretende priorizar o uso de conciliações e mediações. “É preciso conhecer mais o conflito, o que requer melhores condições de trabalho de um lado, e métodos alternativos de solução de conflitos do outro, para dar mais celeridade”, destacou. “Estamos com duas ideias centrais para darmos um

ITAWI ALBUQUERQUE / TJAL

Desembargador

Tutmés Airan ao lado do corregedor nacional Humberto Martins.



pouco mais do Judiciário para a população, Queremos mais que intermediar conflitos, queremos atender a população jovem, no sentido de dar profissão, arte, cultura, lazer e profissionalização”, complementou o novo presidente.

Em seu discurso, o vice-presidente Fernando Tourinho afirmou que conduzir o Judiciário é uma “missão difícil”. “Mas não somos de abandonar o barco, e estamos em um barco muito seguro, graças aos desembargadores Otávio Praxedes (presidente), Paulo Lima (corregedor) e Celyrio Adamastor (vice). Tenho ciência do papel coadjuvante da Corregedoria, mas um papel de fundamental importância para os destinos do Poder Judiciário”, disse.

O ministro Humberto Martins, corregedor nacional da Justiça, também participou da solenidade. Na oportunidade, ele anunciou que Fernando Tourinho foi escolhido para ser o coordenador nacional das corregedorias dos Tribunais de Justiça estaduais.

OTÁVIO PRAXEDES REGISTRA AVANÇOS

De saída da Presidência do TJAL, o desembargador Otávio Leão Praxedes agradeceu novamente o apoio dos pares, assim como do ministro Humberto Martins. Ele lembrou avanços alcançados durante sua gestão, como a instalação da Secretaria de Processamento Unificado e a nomeação de mais servidores e juízes, por meio de concursos públicos.

“Estou saindo bastante satisfeito e um pouco cansado. É uma realização profissional comandar o Poder Judiciário alagoano, mas sabendo ao mesmo tempo que a responsabilidade é muito grande. Noventa por cento daquilo que desejei realizar eu acho que eu fiz. Todos os meus atos foram no sentido de fazer o Judiciário uma instituição respeitada e reconhecida pela sociedade”, afirmou Praxedes. Desembargadores, juízes e servidores da Justiça alagoana prestigiaram a solenidade.



Acima, Tutmés Airan assina o termo de posse. No meio, o presidente com o vice e o corregedor. Abaixo, o desembargador Otávio Praxedes discursa antes de deixar o cargo de presidente do TJAL.



Francisco Djalma chama instituições para uma gestão compartilhada

POSSE | “A união é fundamental”, destacou o novo presidente do TJAC

A nova administração do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), para o biênio 2019-2021, foi empossada no dia 4 de fevereiro, durante a Sessão Solene de Abertura do Ano Judiciário 2019. Tomou posse no cargo de presidente o desembargador Francisco Djalma; de vice-presidente, o desembargador Laudivon Nogueira; e de corregedor-geral da Justiça,

o desembargador Júnior Alberto. Os desembargadores foram escolhidos para os respectivos cargos, por unanimidade, durante sessão do Pleno Administrativo, em 31 de outubro de 2018.

Em seu discurso, o presidente empossado do TJAC, desembargador Francisco Djalma, disse pretender dar continuidade às admi-

Desembargador Francisco Djalma (ao centro) com o vice-presidente do TJAC, desembargador Laudivon Nogueira (à esquerda), e o novo corregedor, desembargador Júnior Alberto.

nistrações que lhe antecederam, desenvolvendo projetos e ações contributivas para o crescimento do Poder Judiciário, tendo como escopo a rápida e eficiente prestação jurisdicional. Ele agradeceu as desembargadoras Denise Bonfim e Waldirene Cordeiro, com quem compartilhou a gestão biênio 2017/2019 no cargo de vice-presidente, aos demais desembargadores, familiares, amigos e relembrou da carreira profissional. “Precisamos aproximar mais o

Poder Judiciário da sociedade; julgar com celeridade, eficiência e qualidade a crescente demanda de ações que se apresentam nos cancelos de nossos fóruns, decorrentes de toda sorte de mazelas capitaneadas pelo desemprego; pelas desigualdades sociais; pela crescente violência ocasionada, em sua maioria, pelas organizações criminosas e pela facilidade do convívio com as drogas, sem se olvidar da famigerada corrupção na administração pública, que a todo tempo se noticia e que nos cobram um enfrentamento constante”, diz trecho do discurso do presidente.

O desembargador ressaltou a importância da gestão compartilhada. “Chego à Presidência deste Tribunal com a consciência de que nada se pode realizar sozinho. A união é fundamental. Precisamos do apoio de nossos órgãos parceiros: do Governo do Estado; do Poder Legislativo; do Ministério Público; da Defensoria Pública; do Tribunal de Contas; dos Municípios de nosso Estado; da OAB – Seccional Acre que, com tanto mérito, representa todos os advogados que se dedicam à causa da justiça”, disse.

Os desembargadores aposentados Francisco Praça, Ciro Facundo, Minervino Bezerra e Adair Longuini, que prestigiaram a posse da nova Administração da Justiça Estadual, foram citados pelo desembargador-presidente durante seu discurso.

GESTÃO ENCERRADA COM DEVER CUMPRIDO

A Sessão Solene de Posse da nova Cúpula Diretiva do TJAC foi aberta pela desembargadora-presidente Denise Bonfim, que, na oportunidade, despediu-se do cargo ressaltando a sensação de dever cumprido e sentimento de gratidão. “É dessa forma que, neste momento, encerro minha missão de presidir tão brilhante Corte”.

A magistrada destacou o modelo de gestão colaborativa, praticado no Biênio 2017-2019, que se consolidou numa administração compartilhada, fazendo chegar ao jurisdicionado uma melhor prestação de serviço. “Tudo por conta do trabalho árduo dos nossos desembarga-



Desembargador Francisco Djalma discursou depois de receber o cargo da desembargadora Denise Bonfim (abaixo).

dores, juízes, servidores e colaboradores do Judiciário”, disse.

Denise Bonfim asseverou ainda que, durante os anos de 2017 e 2018, a Justiça Acreana (primeiro e segundo graus) julgou 103.678 processos, enquanto, no período, foram distribuídos 93.523 novos.

Desses mais de cem mil processos, 3.884 foram julgados pela Câmara Criminal, no período, quando 3.775 novos

processos aportaram ao órgão. Nas duas Câmaras Cíveis, durante os anos de 2017 e 2018, o índice de atendimento à demanda ultrapassou os 120%.

“Honra-me, também, quando passo a Presidência deste Egrégio Tribunal para o meu colega desembargador Francisco Djalma, afirmar que, durante o biênio que se encerra, o TJAC atingiu as principais metas atribuídas aos tribunais estaduais pelo Conselho Nacional de Justiça, quais sejam: metas 1, 2, 4, 6 e 8, o que nos ajudou a garantir o Selo Ouro nos dois últimos anos”, ressaltou.



João Lages quer Judiciário forte para promover “cidadania plena”

POSSE | Presidente do TJAP defende transparência e Justiça independente

O Poder Judiciário do Amapá está sob novo comando. Tomou posse na presidência do Tribunal de Justiça do Estado (TJAP), no dia 1º de março, o desembargador João Lages, tendo como vice a desembargadora Sueli Pini e o desembargador Eduardo Contreras como corregedor-geral. A cerimônia de posse teve lugar no plenário da 10ª Zona do Tribunal Regional Eleitoral.

Em seu discurso de posse, o presidente do Tribunal de Justiça do Amapá

(TJAP), desembargador João Lages, ressaltou que o momento vivido pelo país hoje “exige dos homens públicos uma postura isenta de corrupção”. Disse ainda que “a transparência é o que cada cidadão espera de seus magistrados porque não há verdadeira democracia sem um Judiciário independente”.

O presidente do TJAP assegurou aos jurisdicionados que trabalhará incansavelmente “para proporcionar acolhimento adequado e prestação qualitativa

dos serviços, porque a dignidade humana, fundamento do estado democrático de direito, será continuamente nosso vetor”. Aos magistrados e servidores, disse que “o biênio exigirá de todos o enfrentamento e a superação de novos desafios rumo ao reconhecimento da excelência no campo da gestão jurisdicional e administrativa”.

Sobre o papel do Judiciário, Lages disse aos seus pares: “Estejamos atentos para encontrar o meio termo equilibrado entre a ânsia punitiva e a gama de direitos humanos conquistados ao longo de gerações. Ponderemos a necessidade dos que buscam e têm sede de Justiça. Não sejamos extremistas, pois, via de regra, o justo está no meio

Desembargador João Lages (à direita) toma posse como presidente do TJAP em cerimônia realizada em 1º de março na sede do tribuna, em Macapá.

termo entre aquilo que busca o autor e a pretensão resistida do réu. A cidadania plena somente será conquistada com um Judiciário forte, acreditado e independente”.

A Sessão Solene de Posse dos novos dirigentes do TJAP foi prestigiada por todos os demais integrantes da Egrégia Corte, desembargadores Gilberto Pinheiro, Carmo Antônio de Souza, Agostino Silvério, Carlos Tork, Manoel Brito e Rommel Araújo.

O desembargador e decano do Judiciário Amapaense, Gilberto Pinheiro, discursou em nome da Corte, ressaltando a grande honra que é “representar os magistrados na apresentação dos novos dirigentes do Tribunal”. O decano lembrou a história dos empossados, enumerando a contribuição de cada um para o Poder Judiciário e a História do Amapá.

GOVERNADOR E SENADOR PARTICIPAM DA CERIMÔNIA

Representando o Poder Executivo Estadual, o governador Waldez Góes enfatizou “a importância do papel do Comitê Gestor Fiscal do Estado, onde o Tribunal de Justiça do Amapá tem relevante importância na construção de alternativas para que os poderes do Amapá atravessem os momentos mais difíceis pelos quais vem passando o país, sempre voltados para o atendimento dos interesses da sociedade”. O governador desejou ainda que o novo gestor, de quem conhece “a capacidade de sonhar, o preparo e a juventude para conduzir com brilhantismo a Justiça, possa manter o alto nível de diálogo e trabalho conjunto no Comitê Gestor Fiscal”.

Recém-eleito presidente do Senado Federal, o senador Davi Alcolumbre representou o Poder Legislativo e declarou que reconhece “a fundamental importância do Poder Judiciário, até porque não há país desenvolvido sem uma Justiça que lhe faça merecedor, arbitrando as diferenças entre os cidadãos e pro-

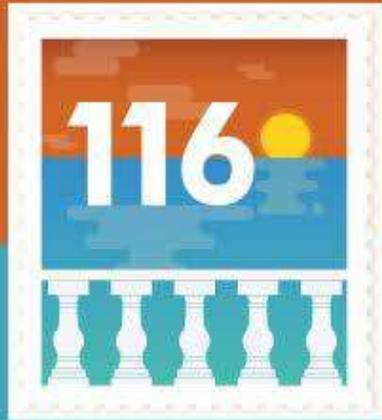


Presidente do Senado, o senador Davi Alcolumbre representou o Poder Legislativo na sessão solene de posse de João Lages.

tegendo a sociedade do arbítrio dos poderosos”. O senador amapaense destacou o protagonismo da Justiça do Amapá, “que é referência de qualidade e inovação em todo o país”.

O brilho da cerimônia foi intensifi-

cado com a participação da Orquestra Filarmônica Evangélica Manancial, em parceria com o Centro de Educação Profissional de Música Walkíria Lima, sob a regência do maestro Samuel Tavares Sampaio. Outra atração que encantou os presentes foi a apresentação do Coral do Tribunal de Justiça do Amapá acompanhado pela Banda da Guarda Civil Municipal de Macapá.



ENCONTRO DO CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL

Salvador -BA

Encontro marca a passagem dos 410 anos do Tribunal de Justiça da Bahia

REUNIÃO | Desembargador Carlos Eduardo Zietlow Duro presidirá os debates

O Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) comemora 410 anos de existência neste ano de 2019. A Corte baiana é a mais antiga das Américas. Para comemorar a data histórica, o tribunal sediará o 116º Encontro dos Presidentes dos Tribunais de Justiça do país, em Salvador, nos dias 14 e 15 de março.

Durante o encontro, serão discutidos temas relevantes para a sociedade, como as ações em prol de uma Justiça célere, moderna, transparente e imparcial, com a utilização de ferramentas tecnológicas e os novos sistemas operacio-

nais disponibilizados.

O desembargador Carlos Eduardo Zietlow Duro, presidente Conselho dos Tribunais de Justiça, vai coordenar os trabalhos. Ele exaltou a importância de prestigiar o TJBA, um tribunal com grandes magistrados e servidores.

A Comissão Especial da Comemoração do Quadricentenário do TJBA é presidida pelo desembargador Livaldo Reaiche. A Comissão de Memória, liderada pela desembargadora Maria da Purificação da Silva, também apoiará o evento.

Além do Encontro de Presiden-

tes, haverá o lançamento de um livro com a história dos 410 anos do TJBA, elaborado com o apoio do Instituto Justiça e Cidadania. Também serão concedidas medalhas para servidores, magistrados, autoridades locais, nacionais e internacionais.

O TJ é sediado no Centro Administrativo da Bahia (CAB) desde março de 2000. Atualmente, o tribunal tem 60 desembargadores, 8673 servidores ativos, entre eles, 599 juízes.

Instalado em 1609 com o nome de Tribunal de Relação do Estado do Brasil, também chamado de Relação da Bahia, o órgão tinha a função de atuar de forma colegiada, para diminuir os poderes dos ouvidores do Brasil. A denominação de Tribunal de Justiça do Estado da Bahia foi adquirida somente com a Constituição Federal de 1946.

Encontro
do Conselho dos
Tribunais de Justiça
celebra aniversário
do TJBA.

Anúncio
FIEPA



ASCOM / TJBA

Digitalização no TJBA unifica processos em sistema único.

TJBA investe em valorização do 1º Grau e unificação do Poder Judiciário

ANÁLISE | Essas são as metas da gestão do presidente Gesivaldo Britto

O Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) celebra 410 anos de existência neste mês de março de 2019. Atualmente, na Presidência do Tribunal mais antigo das Américas, o desembargador Gesivaldo Britto (biênio 2018 - 2020) aprimora o trabalho desenvolvido ao longo desses anos e foca no melhor atendimento do jurisdicionado e na valorização do 1º Grau.

“Solucionar problemas e cumprir metas são nossas prioridades. O magistrado e o servidor estão em nosso foco. Levar a justiça para as pessoas como elas precisam. Buscar a paz social, solucionar conflitos e interesses”, ressalta o presidente, desembargador Gesivaldo Britto.

Na lista de ações que se destacam e modernizam o TJBA estão: o pro-

jecto Unjud Digital, que unifica todos os processos em um único sistema, o Processo Judicial Eletrônico (PJe); a implantação do Sistema Eletrônico de Execução Penal Unificado (Seeu), que otimiza o controle e a gestão dos processos de execução penal e das informações relacionadas ao sistema carcerário brasileiro; e o trabalho do Núcleo Socioambiental, com redução do consumo de água, energia, papel, copos descartáveis, toner para impressora e canetas, além da implantação do sistema de retro aproveitamento de água da chuva em fóruns das comarcas da capital e do interior.

A escolha, pelo presidente desembargador Gesivaldo Britto, do slogan

ASCOM / TJBA

“Todos Juntos” para marcar a gestão, não é por acaso. A valorização de magistrados e servidores foi intensificada. Sessenta e três candidatos aprovados no cadastro reserva do Concurso 2014, para analistas e técnicos, foram nomeados. E está em andamento o Concurso 2018 para Juiz de Direito Substituto do TJBA, com 50 vagas e formação de cadastro reserva. A primeira etapa das provas aconteceu em janeiro de 2019.

O TJBA comemora também a conquista consecutiva do Selo Ouro em 2018, no Prêmio Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e realizou, em fevereiro de 2019, a segunda edição de premiação semelhante no estado, para valorizar e incentivar o trabalho nas unidades judiciais.

Outro investimento, voltado para os servidores, é a ampliação de cursos, por meio da Universidade Corporativa (Unicorp) do TJBA. Somente em 2018, quando celebrou uma década de instituída, a Unicorp investiu cerca de R\$ 1.038.000 em ações de capacitação e aperfeiçoamento, principalmente, de magistrados e servidores. O montante representou a oferta de 16.808 vagas. Para 2019, a instituição trabalha com um orçamento de R\$ 2 milhões.

A Casa do Servidor, que abriga servidores que moram no interior e precisam vir à capital para tratar da saúde, foi reformada e reinaugurada, agora com um ambiente acolhedor, confortável, com acesso à internet e espaços de cultura e lazer.

Ainda no 1º Grau, o TJBA investe na implantação dos Cartórios Integrados. O ano de 2018 começou com a inauguração de uma nova unidade do Cartório Integrado na área de Família, reunindo as 6ª, 7ª, 8ª, 12ª e 14ª Varas de Família da capital baiana. No período, Salvador, também inaugurou o 1º Cartório Integrado de Sucessões, compilando as 1ª, 2ª, 11ª e 13ª Varas de Família.

Também no último ano, as cinco unidades integradas de Relações de Consumo de Salvador, e o 1º Cartório



Presidente do do TJBA, desembargador Gesivaldo Britto, trabalha pela valorização dos magistrados.

Integrado Cível, passaram a funcionar usufruindo do sistema de alvará eletrônico, em parceria com o Banco do Brasil. O procedimento desburocratizou, tornando o repasse de valores referentes aos alvarás mais rápido e fácil para advogados e jurisdicionados.

O TJBA também mantém as Semanas de Sentenças e Baixas Processuais; o Projeto Pai Presente, com reconhecimento gratuito de paternidade; a participação ativa nas Semanas da Justiça pela Paz em Casa; o projeto Começar de Novo, que capacita profissionalmente internos dos centros penitenciários em regime aberto ou semiaberto; a ampliação de unidades dos Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos (Cejusc); o projeto “Cadastrar Melhor”, que aprimora o cadastramento inicial dos processos, dos documentos intermediários e das movimentações processuais; a instituição da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Poder Judiciário baiano; além da construção de um novo prédio

anexo, respeitando as questões ambientais, sustentáveis e de acessibilidade.

“Estou orgulhoso de presidir do TJBA na comemoração dos 410 anos e de ter a oportunidade de contribuir com um trabalho que visa a substancial melhoria do acesso à justiça para toda a população baiana. Inclusive, este é um compromisso de toda a Mesa Diretora”, afirmou o Presidente do TJBA. O Presidente Gesivaldo Britto enfatiza sempre em seus discursos sobre os desafios de melhorar a prestação jurisdicional e a importância de fortalecer o 1º Grau para alcançar a eficácia de todos os setores do TJBA.

UNIJD: UM PROJETO QUE UNE O JUDICÁRIO

O Unijud Digital unifica os quatro sistemas utilizados atualmente pelo



Cerimônia de inauguração do 1º Cartório Integrado de Sucessões.

ASCOM / TJBA

tribunal baiano (e-SAJ, Projudi, PJe e Saipro), em apenas um, o PJe. O desafio é tornar o Poder Judiciário na Bahia mais acessível, produtivo, simples e unificado.

O cronograma de implantação, já em execução, prevê que em janeiro de 2020, o PJe seja o único sistema processual em todas as unidades não criminais da Bahia. Entre os resultados a serem obtidos está a redução de custos, fim do acervo físico, aumento de produtividade, maior controle de dados e informações.

O Núcleo Unijud Digital foi criado, em 2018, na gestão do Desembargador Gesivaldo Britto, para gerenciar a implantação do PJe, o que inclui também a digitalização de processos, quando necessário; a migração de ações que tramitam nos demais sistemas para o PJe; a capacitação, treinamento e acompanhamento do trabalho.

Com a ausência de processos físicos, conforme ressalta o Presidente do TJBA, servidores poderão ser direcionados para

atividades que agreguem mais valor às demandas da unidade. A maior parte das rotinas, com o PJe, passam a ser realizadas sem a intervenção do servidor, que terá mais tempo disponível para dedicar a atividades de maior complexidade.

Afinal, o PJe permite a implantação de fluxos, que podem gerar celeridade na tramitação processual, a exemplo do que está sendo desenvolvido para execução fiscal, para as Varas de Fazenda Pública. Esse fluxo, além de outras atividades, contará com a certificação automática das contagens de prazos das intimações, por AR (Aviso de Recebimento) digital, via portal eletrônico e por publicação.

Também está em desenvolvimento pelo Unijud Digital um editor de texto para o sistema PJe, que suporte arquivos em formato DOC, ODX e ODS, oferecendo todos os recursos disponíveis em programas como o Word ou o BrOffice. Os fluxos são desenhados de forma automatizada para uma melhor

eficácia dos trabalhos.

O PJe é um sistema instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução nº 185/2013, para uso em todo o Poder Judiciário. O TJBA começou a implantação do PJe em 2015, na justiça de 1º Grau. Em 17 de julho de 2017, passou a usar o PJe no 2º Grau. O Tribunal baiano contribui com o CNJ no aprimoramento dessa ferramenta, que possui código aberto e conta com a colaboração de todos os Tribunais.

SELO OURO: RECONHECIMENTO DOS AVANÇOS NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

O TJBA se destaca no cenário nacional e encerrou o ano de 2018 com mais uma vitória. O esforço conjunto das unidades administrativas e judicantes resultou novamente na conquista do Ouro no Selo Justiça em Números.

Concedida pelo Conselho Nacional

de Justiça (CNJ) desde 2014, a honraria, que inclui as categorias diamante, ouro, prata e bronze, premia os Tribunais que mais investem na excelência da produção, gestão, organização e disseminação de suas informações administrativas e processuais, representando a capacidade que a instituição tem de controlar e informar seus dados para a sociedade e para o Conselho.

Dessa vez, a Corte baiana obteve 85,17% da pontuação total, o que corresponde a um incremento de 14,49%, considerando o expressivo resultado do ano anterior. “A busca por esse reconhecimento foi iniciada na gestão da Desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago (2016/2018), culminando com a conquista inédita do Selo Ouro em 2017. Nesta atual gestão, reafirmei o compromisso em manter a qualidade da informação prestada, além de reforçar os investimentos no 1º Grau”, conta o Desembargador Presidente Gesivaldo Britto.

A meta em 2019 é conquistar o Selo Diamante. Para isso, a gestão da informação permanece entre as prioridades do TJBA. Todos os dias, é feita a depuração dos dados para envio ao CNJ, bem como as devidas correções de inconsistências, buscando sempre retratar a realidade do Tribunal. Os números, apresentados no Relatório Justiça em Números 2018, ano base 2017, mostram que o Tribunal baiano vem ganhando destaque no cenário nacional, passando a ser referência na área de planejamento.

Como forma de incentivar magistrados, servidores e reconhecer o trabalho das unidades judiciais baianas, o TJBA criou a versão baiana do Prêmio Justiça em Números. Nesta segunda edição, que teve a solenidade de entrega da premiação no dia 12 de fevereiro de 2019, foram contempladas 233 serventias.

Dezesseis unidades alcançaram a ca-

tegoria diamante, nove da capital e sete do interior do estado. Na categoria ouro foram premiadas 141 unidades, 35 na categoria prata e 41 na categoria bronze. A premiação levou em consideração a Taxa de Congestionamento apurada no ano 2018, após as exclusões realizadas na forma preceituada pelo art. 10 do Decreto Judiciário nº 798/2018, que institui e estabelece os critérios e regras referentes ao programa de reconhecimento a magistrados e servidores lotados nas unidades mais produtivas.

SEEU: CONTROLE EFICIENTE NA GESTÃO DOS PROCESSOS DE EXECUÇÃO PENAL

O TJBA foi o primeiro Tribunal da região Nordeste a implementar o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Penal Unificado. A Bahia já utiliza o sistema há três anos na Vara de Execuções de Lauro de Freitas e, desde o 1º semestre de 2018, o programa também foi adotado pela Vara de Execuções Penais de Simões Filho.

Em janeiro deste ano, o TJBA concluiu o cadastramento dos 28 mil processos de execução penal, que tramitam na Justiça do estado, no Sistema Eletrônico de Execução Unificado. Agora, todas as pessoas sentenciadas pela Justiça baiana que cumprem pena estão registradas no sistema criado pelo Conselho

Nacional de Justiça (CNJ) para unificar o acompanhamento do Poder Judiciário sobre a população carcerária brasileira. Com o SEEU em operação em todo o país, a Justiça poderá controlar com precisão e eficiência quanto tempo cada preso passa na prisão.

Por ora, a Justiça do Estado da Bahia tem no SEEU informações sobre a identidade e a sentença dos cerca de nove mil presos baianos e de todas as pessoas que já deixaram a cadeia, mas ainda têm algum tempo da condenação a cumprir – em algum outro regime, como a liberdade condicional, por exemplo. A força-tarefa, coordenada pelo Juiz do TJBA, Antonio Façal, concluiu as duas primeiras etapas da instalação do SEEU.

Iniciada no início de dezembro, a primeira etapa digitalizou os processos que ainda tramitavam em folhas de papel. Segundo o Magistrado, havia cerca de quatro mil processos no meio físico, guardados em pastas e caixas de arquivos de 208 varas de execução penal espalhadas pelo estado, o quinto maior do país em extensão territorial. Assim que todos os 28 mil processos de execução penal foram migrados para o meio digital, a equipe passou à segunda fase do processo, com o cadastramento no sistema.

A próxima etapa de implantação do SEEU no Judiciário da Bahia inclui a depuração dos dados, a análise individual dos processos e a inserção dos dados das

ASCOM / TJBA



Obra em andamento: construção do Anexo II.

ASCOM / TJBA



Vara de Imbuí e UNIJUD: TJBA amplia atendimento a jurisdicionados.



sentenças de cada preso no sistema. Essas informações possibilitam calcular o tempo total das penas, as datas em que cada preso terá direito a saída e indicarão quais providências o juiz de execução penal deverá tomar em relação a cada cidadão preso na Bahia. Daí em diante, todo juiz poderá acompanhar o cumprimento das suas penas no computador, sem recorrer a arquivos e papéis.

A ferramenta fornece estatísticas, pesquisa com mais de 50 campos e indicativos gráficos para demonstrar a situação do

sentenciado, assim como tabelas com leis, artigos, parágrafos e incisos para maior precisão na inclusão de condenações.

A ferramenta também admite o desmembramento e distinção de penas e cadastro de incidentes com influência automática na calculadora. Outro ponto forte é a integração entre tribunais com o CNJ, além de órgãos externos ao Judiciário, para cruzamento de dados, como o Instituto de Identificação da Polícia Federal e o Departamento Penitenciário.

UNICORP: INVESTIMENTO NA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES E MAGISTRADOS

Em 2018, a Universidade Corporativa do TJBA realizou 233 ações de capacitação, sendo 171 delas presenciais e outras 62 na modalidade a distância (Ead). Instituída através da Resolução N° 22, de 21 de novembro de 2008, com o intuito de habilitar para o cumprimento da função jurisdicional, a Unicorp também busca promover a valorização e difusão da produção técnico-científica de interesse do Poder Judiciário. Durante o último ano, a Universidade promoveu 32 ações que contemplaram diretamente membros da comunidade civil, entre ciclos de debates, Cursos, Encontros, Seminários, Palestras, Treinamentos e Workshops.

Também concebeu a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), alinhado ao plano estratégico do TJBA, às diretrizes pedagógicas e atos normativos da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento (Enfam). A Unicorp conseguiu fomentar a aprovação da Lei n.º 14.040, de 20 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a atividade de docência no âmbito do Poder Judiciário da Bahia.

Em 2018, 42 instituições firmaram convênios com o intuito de promover ações educativas, de formação e aperfeiçoamento, voltadas aos agentes do Poder Judiciário. A relação de colaboração com Escolas Judiciais e de Magistratura, entre outras instituições, possibilitou que a Unicorp, e consequentemente o TJBA, promovesse a otimização de recursos indispensáveis ao desenvolvimento de ações de capacitação. A cooperação também viabilizou a implementação de programas, ações e atividades de interesse comum para estas organizações.

Entre as parcerias, o convênio com a Enfam, para compartilhamento e credenciamento de capacitação para formação inicial e continuada de juízes, ganhou especial destaque. Os cursos oferecidos pela Unicorp, devidamente credenciados pela instituição, também



Preiação: Justicada Bahia ganha selo de qualidade.

ASCOM / TJSC

servem para fins de promoção na carreira de Juiz, em conformidade com a Resolução nº 02/2016, e suas posteriores alterações. Assim, em 2018, dez cursos ofertados pela Universidade Corporativa tiveram origem a partir da parceria com a Enfam.

Entre os desafios para 2019, está a implantação efetiva do seu PPP e o Banco de Docência; realizar o Curso de Formação Inicial para os candidatos aprovados no concurso; e investir na educação continuada por meio do EaD, além de seguir firmando novas parcerias e desenvolvendo novos cursos.

410 ANOS: CENTENAS DE MOTIVOS PARA COMEMORAR

Todas essas ações e resultados obtidos ao longo dos anos são motivações para a celebração dos 410 anos do TJBA. A solenidade acontece durante a abertura do 116º Encontro do Conselho dos

Tribunais de Justiça do Brasil, sediado em Salvador-BA, dias 14 e 15 de março. Na ocasião, haverá o lançamento de um novo livro trazendo a história dos 410 anos do TJBA, elaborado com o apoio do Instituto Justiça e Cidadania; e a entrega de medalhas para servidores, magistrados, autoridades locais, nacionais e internacionais.

Considerado o mais antigo das Américas, o TJBA foi instalado em 1609 com o nome de Tribunal da Relação da Bahia. A Relação da Bahia, assim também denominada, funcionou como o único tribunal superior da Colônia até 1751, quando foi criada a Relação do Rio de Janeiro. Os dois tribunais passaram a dividir a jurisdição do Brasil, cabendo à Relação da Bahia a região nordeste e à Relação do Rio de Janeiro todo o território ao sul.

A Corte, inicialmente, era composta por dez desembargadores e um Ouvidor Geral, dentre outros integrantes. Atualmente, o TJBA conta com 60 De-

sembargadores e 8.673 servidores, sendo 599 magistrados.

O Presidente do TJBA, Desembargador Gesivaldo Britto, orgulha-se de estar à frente da gestão do Tribunal mais antigo das Américas e prepara, com a equipe formada por uma comissão que tem à frente os Desembargadores Livaldo Reache na presidência e Maria da Purificação da Silva, representando a Comissão de Memória, uma comemoração especial para marcar a história quadricentenária do Poder Judiciário.

Junto ao Desembargador Gesivaldo Britto, compõem a Mesa Diretora atual do TJBA: o Desembargador Augusto de Lima Bispo, 1º Vice-Presidente; Desembargadora Maria da Graça Osório Pimentel Leal, 2ª Vice-Presidente; Desembargadora Lisbete Maria Teixeira Almeida César Santos, Corregedora-Geral da Justiça; Desembargador Emílio Salomão Pinto Resedá, Corregedor das Comarcas do Interior.



VOCÊ JÁ FOI À BAHIA? ENTÃO VÁ!

TURISMO | Assessoria do TJBA

O amor pela Bahia e os encantos deste Estado brasileiro estão presentes nos versos de canções de Dorival Caymmi, filho da terra, como o verso expresso no título deste texto. Além desse músico, a Bahia possui filhos ilustres como o Poeta Castro Alves, o Jurista Rui Barbosa, os Escritores Jorge Amado e Zélia Gattai, além do Poeta Gregório de Matos, do Cineasta Glauber Rocha e do Artista Mário Cravo. Raul Seixas, Gilberto Gil, Maria Bethânia e Caetano Veloso também são alguns dos representantes da

música, nascidos nesse estado brasileiro.

Bahia. Primeira capital do Brasil. Maior estado nordestino e o 5º maior do país. Terra do Carnaval. Terra da boa gastronomia. Do Sol e céu azul. Terra da alegria. De muitos encantos e belezas naturais. Paisagens espetaculares. Entre as regiões baianas que se destacam, estão: a Baía de Todos os Santos; o Vale do São Francisco; e as Costas: do Dendê, do Cacau, do Descobrimento, das Baleias e dos Coqueiros.



BAÍA DE TODOS OS SANTOS

De Baía, originou-se a nomenclatura cunhada para a capitania, a província e o estado brasileiro. Entretanto, a letra "h" no nome foi mantida em razão da grafia da língua portuguesa à época. A Baía de Todos os Santos, por sua vez, consiste em uma reentrância da costa litorânea brasileira, localizada no Estado da Bahia, e prolonga-se por cerca de 1.200 quilômetros quadrados.

Os municípios do recôncavo baiano, que abrange o litoral e também uma região do interior circundante à Baía, e as ilhas da baía compõem essa zona na turística. A região possui uma diversidade natural, formada por belas praias, Mata Atlântica, bananais, manguezais, coqueirais e recifes de corais.

O recôncavo baiano inclui a Região Metropolitana de Salvador, onde estão localizadas cidades de representatividade histórica e econômica como: a capital do Estado, Salvador; Santo Antônio de Jesus; Santo Amaro; Amargosa; Nazaré; Salinas da Margarida; Cachoeira; Jaguaripe; São Félix; Castro Alves; Maragojipe; e Cruz das Almas.

A agricultura é forte nessa região. São propícias ao plantio: cana-de-açúcar, mandioca, e culturas de frutas tropicais. Além disso, o recôncavo baiano é rico em petróleo.

A Baía de Todos os Santos também contempla o total de 56 ilhas. Itaparica é a maior e mais importante delas. Também fazem parte do conglomerado de ilhas: a Ilha dos Frades, Ilha de Maré, Ilha de Bom Jesus e Ilha do Medo. Além dessas, as seguintes ilhas fazem parte dos roteiros turísticos: Madre de Deus, Matarandiba, Saraíba, Cajaíba, São João, Mutá, Olho Amarelo, Caraíbas, Malacaia, Porcos, Carapitubas, Canas, Ponta Grossa, Fontes, Pati, Santos, Coqueiros, Itapipuca, Grande, Pequena, Madeira, Chegado, Topete, Guarapira, Monte Cristo, Coroa Branca e Uruabo.

VALE DO SÃO FRANCISCO ^[1]

Drenado pelo Rio São Francisco e seus afluentes, o Vale do São Francisco está localizado nos Estados de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco (fonte: Agência de notícias IBGE, 2017).

A água do Rio São Francisco dá vida às plantações. Por sua região fértil, fortalecida com a irrigação, o Vale do São Francisco consiste em um importante produtor de frutos e hortaliças. A região consiste em um polo da fruticultura irrigada do Brasil.

A região dos lagos e Cânions do São Francisco constitui uma potencial zona turística. É formada pelos municípios de Casa Nova, Curaçá, Remanso, Sobradinho e Juazeiro, este último possui um próspero comércio às margens do Rio e um moderno polo agroindustrial, com intensa atividade de exportação.

COSTA DO DENDÊ ^[2]

Localizada ao sul da Bahia, a Costa do Dendê está situada entre a foz do Rio Jaguaripe e a Baía de Camamu. Essa zona turística possui a denominação "Costa do Dendê" em virtude da existência, ao longo da Costa, de enorme quantidade de plantações da palmeira conhecida como dendezeiro. De acordo com o site do Ministério do Turismo (2016), compreende as localidades de Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marau, Nilo Peçanha, Taperoá e Valença.

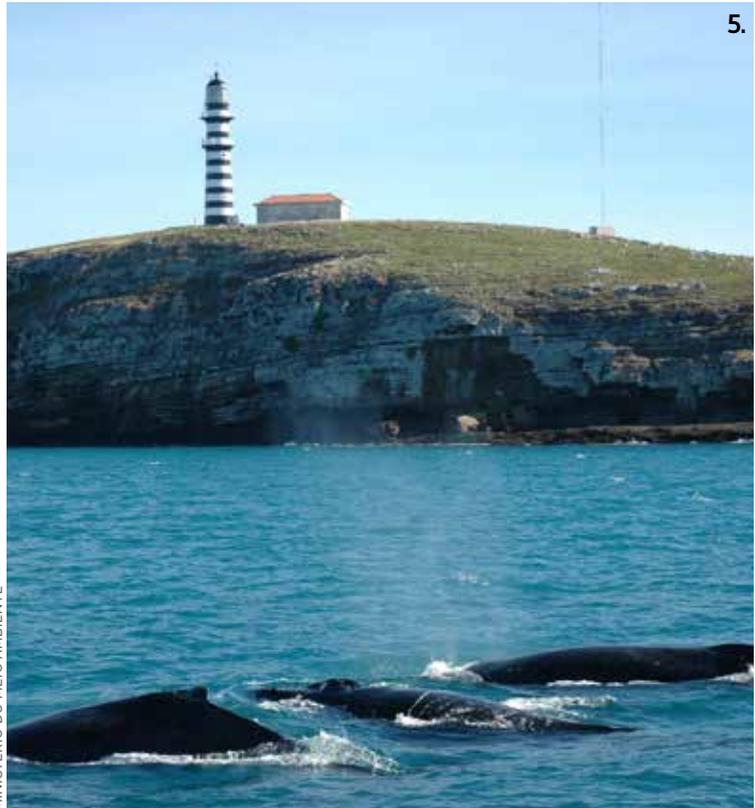
A Costa do Dendê é marcada pela diversidade ecológica que divide a paisagem com um rico acervo histórico, herança do Brasil Colônia. Com cerca de 115 quilômetros de litoral, o panorama contempla praias, manguezais, costões rochosos, restingas, nascentes, lagoas, rios, cachoeiras e estuários. Muitos destes locais são de difícil acesso, o que preserva a natureza exordial.

O local é propício para o turismo de aventura, mergulho, esportes radicais, náutico, histórico, ecoturismo e o turismo de sol e praia. Com águas claras e quentes, as belas praias da região possuem inúmeras formações de recifes de coral e vastos coqueirais. Tinharé, Boipeba e Cairu constituem ilhas paradisíacas do arquipélago fluvial do Rio Una. Já a Baía de Camamu é constituída por dez ilhas inexploradas, caracterizada pela vegetação primitiva. Além das praias e ilhas, a Península de Marau e os rios Una, das Almas e Jaguaripe estão presentes na Costa do Dendê. Cachoeiras imponentes e vastos manguezais, berçário de peixes e outros animais, também fazem parte desse cenário edênico.

TIAGO QUEIROZ



GUTO JADS / JORNAL GRANDE BAHIA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

ASCOM / TJBA



3.



4.



6.

JORNAL GRANDE BAHIA

ASCOM / TJBA

COSTA DO CACAÚ ^[3]

A Costa do Cacau possui cerca de 180 quilômetros de extensão, limitada entre os municípios de Itacaré, ao norte, e Canavieira, ao sul. Além desses municípios, segundo o site do Ministério do Turismo (2016), Ilhéus, Itabuna, Santa Luzia, Una e Uruçuca fazem parte desta zona turística.

A região é caracterizada pela lavoura cacaueteira, introduzida desde o Século XVIII e que, por dois séculos, foi a principal atividade econômica do país; e pela Mata Atlântica. Rios, fazendas de cacau, manguezais, coqueirais, praias intocadas, cachoeiras com águas límpidas e minerais, árvores centenárias constituem belezas naturais que atraem turistas interessados nas paisagens, mas também na herança histórica da região. Assim, consiste em destino certo para quem busca diversão, contato com a natureza e reduto histórico.

COSTA DO DECOBRIMENTO ^[4]

Tombada, em 1999, como Patrimônio Natural Mundial pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), a Costa do Descobrimento é o berço da história e da cultura do Brasil. Compreende os municípios de Eunápolis, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (site do Ministério do Turismo, 2016). Está localizada entre a Costa das Baleias e a Costa do Cacau.

Porto Seguro conta com um extenso litoral, com cerca de 85 quilômetros de praias de areia fina e branca, dividido pela foz do Rio Buranhém, que conta com cerca de 500 metros de largura na sua foz, em litorais norte e sul. Além do Marco do Descobrimento, a cidade desempenhou papel importante nos primeiros anos da colonização e preserva até hoje prédios históricos.

COSTA DAS BALEIAS ^[5]

Paraíso localizado no Extremo Sul da Bahia, a Costa das Baleias é composta pelos municípios de Alcobaca, Caravelas, Iramaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (site do Ministério do Turismo, 2016). A região é repleta de praias, rios, ilhas, cachoeiras, mangues e coqueirais e propicia à prática de esportes. Sua denominação do local advém do maior destaque da região: os belíssimos mergulhos das baleias jubarte, no mar azul de águas mornas e cristalinas, abrigo do maior e mais diversificado conjunto de recifes de corais do Atlântico Sul.

Na Costa das Baleias, são encontrados santuários ecológicos, como o arquipélago de Abrolhos, refúgio e berçário das baleias jubarte.

COSTA DOS COQUEIROS ^[6]

A Costa dos Coqueiros recebe esta denominação em virtude da vasta quantidade de palmeiras em toda a região. Essa zona turística estende-se por cerca de 193 quilômetros e compreende todo o litoral norte do Estado. Conforme o site do Ministério do Turismo (2016), na Costa dos Coqueiros estão localizados os seguintes municípios: Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Lauro de Freitas e Mata de São João. Consiste em um destino repleto de belezas naturais e de história.

Nessa região, está localizada a Estrada do Coco, construída no final dos anos 60, que tem início nas imediações do Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães, em Salvador, e se prolonga até o Município de Praia do Forte. As praias da Costa dos Coqueiros são conhecidas pelas águas calmas e quentes. A região também conta com a presença de lagoas; rios, como Jacuípe, Pojuca e Joanes; e outras paisagens deslumbrantes.



História do Poder Judiciário do Amazonas

TEXTO AFONSO JÚNIOR (MTB-081/AM) / TJMA

Com uma população superior a 4 milhões de habitantes conforme o último levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e com uma área territorial de 1,5 milhão de km², que compreende 62 municípios, o Amazonas é o maior Estado do País e nele, o Poder Judiciário está presente há mais de 125 anos.

A história da Justiça no Estado remonta ao final do século XIX, mais especificamente a 4 de julho de 1891, data em que foi instalado o Superior Tribunal de Justiça do Estado do Ama-

zonas, criado pela primeira constituição republicana, outorgada pelo Decreto nº 86 de 13 de março de 1891 à época do governo estadual de Eduardo Ribeiro.

O nascimento do Poder Judiciário no Amazonas remete, também, à promulgação, àquela época, da Carta Política, outorgada ao advento da implantação do sistema republicano que transformou o País em Estado Federativo conferindo aos Estados membros a competência para administrar a Justiça.

À época, no regime imperial e à força da Lei Maior do Estado, em seu artigo 85, o Poder Judiciário, no

Brasil, passou a ser exercido por um Superior Tribunal de Justiça, com juízes de Direito e Juízes Municipais.

Em 27 de junho do mesmo ano de 1891, com a promulgação da Constituição Política do Estado do Amazonas, foi mantida a criação do Poder Judiciário prescrevendo aquele a divisão da administração da justiça em comarcas e o Judiciário do Estado do Amazonas formando-se em duas instâncias, sendo a primeira instância composta por juízes de Direito, Municipais e pelo Júri e a segunda instância por desembargadores.



Palácio da Justiça à época de sua inauguração.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

O Superior Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas foi instalado o dia 4 de julho de 1891 em sessão solene presidida pelo vice-presidente Guilherme José Moreira, Barão do Juruá, no exercício do cargo de presidente (governador) do Estado.

Na mesma solenidade tomaram posse os primeiros desembargadores do Superior Tribunal de Justiça do Amazonas: Luiz Duarte da Silva, Amâncio Gonçalves dos Santos, Jovino Antero de Cerqueira Maia, Liberato Vilar Barreto Coutinho e José Antônio Floresta Bastos.

O desembargador Luiz Duarte da Silva foi aclamado presidente provisório do Superior Tribunal de Justiça e procedeu à eleição do presidente e do vice-presidente efetivos, que foram imediatamente empossados: José Antônio Floresta Bastos (presidente) e Luiz Duarte da Silva (vice-presidente).

A Lei nº 32 de 4 de novembro de 1882, sancionada um ano após a criação do Superior Tribunal de Justiça pelo então governador do Estado, Eduardo Gonçalves Ribeiro, estabelecia que o Poder Judiciário do Estado do Amazonas era autônomo e independente, sendo exercido pelo Superior Tribunal de Justiça, juízes de Direito, municipais e Tribunal do Júri.

DIVISÃO DO TRABALHO

Para a administração da Justiça, o território do estado constituía com o Superior Tribunal, um só distrito, o qual se dividia em comarcas, termos e distritos, e que haveria tantos termos e comarcas quanto fossem necessárias, sem classificação de entrâncias, as quais não poderiam ter mais de três termos em cada comarca.

Para cada comarca havia um juiz de Direito e um promotor de Justiça e, em cada termo, um juiz municipal, três suplentes e um adjunto de promotor, além de um Conselho de Jurados. Na comarca da capital, apenas dois juízes de Direito,

atuando em todas as causas nos respectivos distritos judiciários, além de dois promotores e dois juízes municipais.

Estabelecia ainda, a vitaliciedade dos membros do Tribunal composto por desembargadores, os quais somente poderiam ser privados de seus cargos por sentença transitada e julgada.

A nomeação destes era de competência do governador do Estado por escolha em lista tríplice apresentada pelo Tribunal, dentre juízes de Direito do Estado que se tivessem se distinguido por suas habilitações, integridade e moralidade, preferindo-se em igualdade de circunstâncias os mais antigos no exercício da função. Pela normativa, era vedado ao governador deixar de nomear um dos propostos.

O acesso à magistratura dependia de nomeação do Superior Tribunal de Justiça, com escolha de candidatos dentre os juízes municipais e promotores públicos, graduados em Direito, que mais tivessem se distinguido por habilitações, integri-



Tribunal do Júri no Palácio da Justiça (desativado).

dade e moralidade, e que tivessem, pelo menos, quatro anos de efetivo exercício nos referidos cargos. Eram vitalícios e só poderiam ser demitidos por sentença condenatória transitada em julgado.

Os promotores de justiça eram também nomeados pelo Governo, dentre bacharéis em Direito, advogados e cidadãos que tivessem prática de foro, a par de reconhecida capacidade moral e intelectual.

O Tribunal do Júri era constituído por 48 “juízes de fato” sorteados, podendo, no entanto, ser realizada sessão com 36 presentes.

O artigo 78 exigia que os “juízes de fato” tivessem menos de 65 e mais de 21 anos de idade e que fossem, obrigatoriamente, graduados por qualquer faculdade, sendo vedado o acesso aos que se dessem ao vício de embriaguez e ao jogo profissional.

Já os escrivães, tabeliães e demais empregados dos juízes, conforme regis-

tra a Lei, eram nomeados pelo Superior Tribunal de Justiça, estabelecendo, ainda, que os cargos judiciários ou de promotor público e os ofícios de Justiça eram incompatíveis entre si e quaisquer funções públicas que dependessem de eleição popular ou nomeação retribuída, excluindo os juízes de fato.

O regramento indicava, ainda, a incompatibilidade pelo laço de parentesco consanguíneo ou afim até o 2º grau.

ESTATÍSTICAS

Em levantamento estatístico datado em 26 de janeiro de 1897 e encaminhado pela presidência do Superior Tribunal de Justiça ao governador do Estado referente às atividades da Corte o ano anterior (1896) acusava 172 feitos julgados, cabendo, por distribuição, aos seus membros, 123 autos, sendo 39 apelações cíveis, 15 agravos de petição, 3 agravos de instrumento, 3 cartas testemunhais, 4 prorrogações de prazo para inventário,

22 apelações criminais, 22 recursos de habeas corpus 3 recursos crimes, incluída uma de reclamação, uma conversão de pena e dez petições.

O Tribunal realizou, naquela época, 80 sessões ordinárias e três extraordinárias, algumas, como assinala o documento, excedendo a hora regimental “pela grande afluência de trabalho”.

PALÁCIO DA JUSTIÇA: UM ÍCONE DA ARQUITETURA AMAZONENSE

À época da criação do Superior Tribunal de Justiça do Amazonas – final do século XIX – a atuação do Poder Judiciário do Estado é fortalecida com a construção do Palácio da Justiça. Em 18 de abril de 1894 o então governador Eduardo Ribeiro assina contrato com a empresa Moers & Moreton, no valor de 654 contos e 259.933 réis para a construção do Palácio: um belo edifício de dois andares e imponente fachada de linhas ar-

quietônicas clássicas, com mais de cinco mil metros quadrados de área edificada em alvenaria de pedra e tijolo, destinado especificamente às instalações do Poder Judiciário do Estado do Amazonas.

A edificação deveria ficar situado em local de destaque da avenida do Palácio – a principal avenida da cidade de Manaus – entre as ruas Dez de Julho e José Clemente, de frente para a ala oeste do Teatro do Amazonas.

A construção foi iniciada imediatamente. A estrutura do edifício, as obras de alvenaria do dois pisos e a armação do telhado já estavam praticamente concluídas quando o governador Eduardo Ribeiro transmitiu o governo ao seu sucessor, Fileto Pires Ferreira. Daí em diante as obras foram desaceleradas e menos de oito meses depois da posse do novo governador o contrato de construção foi rescindido amigavelmente por proposta dos empreiteiros Moers & Moreton.

Os pagamentos aos empreiteiros Mo-

ers & Moreton (329 contos e 295.933 réis) correspondiam a cerca de 50% do valor contratado, deixando inferir que o saldo da verba orçamentada não seria suficiente para cobrir todos os custos das obras e serviços que necessariamente deveriam ser feitos até a completa execução do projeto.

A construção ficou paralisada e para reduzir despesas o governador Fileto mandou fazer alterações no projeto e contratar, por administração direta, apenas as obras e serviços emergenciais, necessárias para garantir a preservação do valioso patrimônio, que estava exposto ao sol e à chuva e começava a apresentar sinais de deterioração.

No dia 11 de janeiro de 1898 foi assinado contrato de obras com o empreiteiro José Gomes da Rocha, para “construção de todas as alvenarias, escadas, passeio, balaustradas necessárias à conclusão do edifício”. Menos de três meses depois, o governador Fileto Pires perdeu o mandato à conta de um pedido de re-

núncia que chegou à Assembleia Legislativa Estadual e seu mandato foi completado pelo vice-governador José Cardoso Ramalho Junior, que inseriu a conclusão do Palácio da Justiça entre as prioridades de seu programa de obras.

O Palácio da Justiça foi inaugurado pelo governador Ramalho Junior em 1900, que estava às vésperas de concluir o mandato e transmitir o cargo e transmitir o cargo ao seu sucessor Silvério Nery. O custo final da construção totalizou 2.205 contos e 625.983 réis.

Cem anos depois, o Palácio da Justiça foi objeto de completa restauração fundamentada em cuidadosa pesquisa fotográfica e de prospecção sob a coordenação técnica da Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto.

As obras civis e os serviços específicos de pintura, revalorização dos telhados da fachada e dos ambientes interiores, restauração do mobiliário, esquadrias e outras peças do valioso patrimônio público

ACERVO TJAM



Palácio da Justiça (foto atual).

iniciaram-se em agosto de 2001 e concluídas em março de 2002, nas mesmas condições em que fora inaugurado em 1900. Em 2001, ano em que foi concluída a restauração do Palácio, o Tribunal de Justiça do Amazonas tinha como presidente o desembargador Djalma Martins da Costa, como vice-presidente o desembargador Arnaldo Péres e como corregedora a desembargadora Marinildes de Mendonça Lima.

INTERVENÇÃO, DISSOLUÇÃO E OCUPAÇÃO DO PALÁCIO DA JUSTIÇA

Ao longo de mais de 125 anos de sua história, dois episódios - um na década de 1930 e outro na década de 1960 - marcaram negativamente a história da Justiça Estadual no Amazonas: primeiro com a dissolução do Poder Judiciário por um interventor federal e na sequência pela ocupação do Palácio da Justiça por policiais militares por ordem do chefe do Poder Executivo.

Em junho de 1931 o Superior Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas deferiu um pedido de habeas corpus para que fosse posto em liberdade o réu (colombiano) Abdon Villareal que estava preso, por denúncia do Ministério Público, acusado de estupro. No entendimento do colegiado, não ficaram caracterizados os crimes de violência carnal e estupro definidos nos art. 267 e 269 do Código Penal da República.

A decisão causou protestos populares e desagradou o interventor federal Álvaro Maia. Este, em revide, dissolveu a mais alta Corte de Justiça do Amazonas, que decretou o Ato n 699 de 25 de junho de 1931, dissolvendo o Superior Tribunal de Justiça do Amazonas e aposentando todos os seus membros: desembargadores Hamilton Mourão (presidente), Gaspar Antonio Vieira Guimarães (vice-presidente), Antero Coelho de Rezende, Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro e Raimundo Vidal Pessoa.

Em solenidade realizada em 30 de junho (de 1931) juízes tomaram posse novos desembargadores e, no ato de posse, o interventor federal referiu-se ao habeas corpus concedido pelo Superior Tribunal de Justiça e buscou nos princípios revolucionários de 1930 a justificativa para as arbitrariedades por ele praticadas: "Não foi irreflectido, como se figura à primeira vista, o meu acto. Tomei uma atitude talvez violenta em defesa da família. No regime passado, seria um acontecimento vulgar; hoje em dia, bradava por uma atitude de quem, acidentalmente, representa os princípios de Outubro e, em consequência, o povo amazonense", disse o interventor.

Um mês depois do chamado do Palácio do Catete, o interventor federal Álvaro Maia fora substituído e coube ao interventor Antonio Rogério Coimbra cumprir o despacho de 31 de dezembro de 1931, do chefe do Governo Provisório da República, que mandou anular o Ato m 699; reintegrar no exercício de seus cargos os desembargadores Gaspar Antônio Vieira Guimarães, Hamilton Mourão, Raimundo Vidal Pessoa. Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro e Antônio Coelho de Rezende e reverter aos seus antigos cargos os juízes ora nomeados para compor o Superior Tribu-

nal de Justiça em substituição aos titulares.

Em seu discurso no ato de reintegração o desembargador Hamilton Mourão evidenciou a arbitrariedade do ato que dissolveu a Corte Estadual: "Reintegrados, em cumprimento às determinações do Governo Provisório da República, nos nossos cargos de desembargadores desse Superior Tribunal de Justiça, dos quais fomos despojados por um inconcebível golpe de força. Recebemos com essa reintegração, a reparação moral por que ansiávamos pela injusta violência de que fomos vítimas".

Anos depois, os juízes André Vidal de Araújo, Sedoc Pereira e João Rebello Corrêa - nomeados por ato do interventor Álvaro Maia - contudo, viriam, depois a ser nomeados desembargadores da mais alta Corte de Justiça do Amazonas.

OCUPAÇÃO

Outro episódio considerado constrangedor marcou, também, o Poder Judiciário do Amazonas, em meados da década de 1960. O constrangimento, que culminou com ocupação do Palácio da Justiça por policiais militares se deu em agosto de 1964 e durou dois longos dias. O motivo: ao exercer com independência o dever que lhe cabe de julgar com isenção e imparcia-

RAPHAEL ALVES / TJAM



Presidente do TJAM, Desembargador Yedo Simões.



Atual composição do colegiado de desembargadores do TJAM, no Teatro Amazonas, durante posse do atual presidente da Corte.

lidade, o Tribunal de Justiça do Amazonas desagradou o chefe do Poder Executivo.

O Tribunal reuniu-se em sessão extraordinária às três horas da manhã do dia 11 de agosto para julgar o pedido de habeas corpus impetrado por um advogado em favor do ex-governador Plínio Ramos Coelho, preso no quartel da Polícia Militar por ordem do governador Arthur Cézár Ferreira Reis.

O processo, distribuído ao desembargador João Rebello Corrêa, não pôde ir a julgamento porque não constavam dos autos as informações da autoridade coatora. O presidente encerrou a sessão e determinou que, quando chegassem as informações do governador Arthur Reis, já solicitadas por meio de ofício, o Tribunal seria novamente convocado.

O Tribunal reuniu-se novamente em sessão extraordinária às 14h do mesmo dia, concluindo pela incompetência do governador para ordenar a prisão, que somente poderia ser determinada por autoridade judiciária ou por autoridade policial, por meio de inquérito, e concedeu o habeas corpus solicitado.

No mesmo dia – 11 de agosto de 1964 – as sessões no Tribunal não foram realizadas em virtude de encontrar-se o prédio do Palácio da Justiça com soldados da polícia militar, postados em seus portões, sem qualquer solicitação do Poder Judiciário, exigindo carteira de identidade de todos que procuravam acessar o prédio, inclusive magistrados e funcionários da Justiça, o que importa em coação ao livre funcionamento deste Poder.

O quadro agravou-se no dia 29 de dezembro de 1964. O governador Arthur Reis baixou decreto aposentando “por conveniência da administração”, o juiz de Direito Oswaldo Salignac de Souza da 7ª Vara da Capital. O juiz ‘castigado’ por ter absolvido, em processo regular, um réu que o governador queria ver condenado: o engenheiro Jaime Bittencourt de Araújo, ex-diretor do Departamento de Estradas de Rodagem da Amazônia.

Em sinal de protesto às constantes ameaças transmitidas ao Judiciário por membros do Poder Executivo, os desembargadores Leôncio de Salignac, Benjamin Magalhães Brandão, Roosevelt Pereira de

Melo, Oyama Cézár Ituassú e Sebastião Salignac de Souza requerem suas aposentadorias em caráter irrevogável.

Naquele ano (1964), o então presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas, desembargador João Machado transmite o cargo ao novo presidente eleito Mário Silvío Cordeiro de Veçosa, que havia sido eleito.

Em 5 de janeiro de 1965, para apaziguar os ânimos acirrados entre os Poderes, o general Jurandyr Bezerra Mamede chegou em Manaus trazendo instruções do presidente Castello Branco para avaliar a restauração das garantias constitucionais que haviam subtraídas ao Poder Judiciário e mediar a crise deflagrada pelo chefe do Poder Executivo.

No dia 6 de janeiro o governador Arthur Reis expressou sua determinação de assegurar todas as garantias constitucionais do Poder Judiciário.

Diante de tal quadro, o Tribunal de Justiça, reuniu-se em sessão plenária especial e proferiu a seguinte decisão: “O Tribunal, por unanimidade de votos, tendo em vista que S. Excia, o Sr. Governador

dor do Estado em reunião com o presidente do Tribunal de Justiça na manhã de hoje, no Palácio Rio Negro, assegurou à magistratura todas as garantias e prerrogativas constitucionais, resolve cessar, a partir desta data, os efeitos da Portaria nº 366/64 de 30-12-64, sobre a suspensão das atividades da magistratura amazonense, por entender que não mais se justifica a manutenção”.

TRIBUNAL GANHA UMA NOVA SEDE

Após a conclusão da obra de restauro do Palácio da Justiça, no ano de 2001, ficou patente que o Tribunal de Justiça do Amazonas precisava de um espaço maior para ter como sede e no ano de 2005 foi inaugurado o edifício Desembargador Arnaldo Péres.

O moderno edifício, de dez andares, com área construída de 10.500 m², está localizado na Avenida André Araújo, em Manaus e reúne todas as atividades jurídicas da 2ª instância do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, e é onde ocorrem, por exemplo, as sessões de julgamento das três Câmaras Cíveis, das duas Câmaras Criminais, das Câmaras Reunidas, do Conselho da Magistratura e também do Tribunal Pleno.

O edifício conta, também, com um prédio anexo e além de sedias as sessões de julgamento, reúne os gabinetes de todos os desembargadores, da presidência e vice-presidência da Corte, a Corregedoria-Geral de Justiça e setores administrativos, tais como: de Tecnologia da Informação, setor Médico, setor de Protocolo, de Distribuição do 2º grau, Secretaria Geral Administrativa, Secretaria Geral de Justiça da Corte, Departamento Pessoal, dentre outros.



COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS

Des. Yedo Simões de Oliveira
Presidente

Des. Wellington José de Araújo
Vice-Presidente

Desembargador Lafayette Carneiro Vieira Júnior
Corregedor-Geral de Justiça

Des. Djalma Martins da Costa	Des. Sabino da Silva Marques
Des. João de Jesus Abdala Simões	Desa. Carla Maria Santos dos Reis
Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo	Des. Wellington José de Araújo
Des. Ari Jorge Moutinho da Costa	Des. Jorge Manoel Lopes Lins
Desa. Maria do Perpétuo Socorro G. Moura	Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior
Des. Domingos Jorge Chalub Pereira	Desa. Nélia Caminha Jorge
Des. Yedo Simões de Oliveira	Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes
Des. Flávio Humberto Pascarelli Lopes	Des. Airton Luís Corrêa Gentil
Des. Paulo Cesar Caminha e Lima	Des. José Hamilton Saraiva dos Santos
Des. Aristóteles Lima Thury	Des. Ernesto Anselmo Queiroz Chixaro
Desa. Encarnação das Graças S. Salgado	Des. Elci Simões de Oliveira
Des. João Mauro Bessa	Desa. Joana dos Santos Meirelles
Des. Cláudio César Ramalheira Roessing	Des. Délcio Luís Santos



A FORÇA DO AGRO PARAENSE



1º LUGAR
produção nacional

AÇAÍ



1ª LUGAR
produção nacional

CACAU



1º LUGAR
produção nacional

DENDÊ



1º LUGAR
produção nacional

MANDIOCA



1º LUGAR
produção nacional

PIMENTA-DO-REINO



1º LUGAR
produção nacional

BÚFALOS



1ª LUGAR
produção nacional

ABACAXI



EXPRESSIVA
criação nativa

PIRARUCU



3ª LUGAR
produção nacional

BANANA



4º MAIOR*
rebanho

BOVINO

* + 22 milhões de cabeças de gado

O Pará destaca-se ainda na



Trav. Dr. Moraes, nº 21, Edifício Palácio da Agricultura | Nazaré | CEP: 66035-080 |
Belém - Pará - Brasil
Telefone: (91) 4008.5300



@SistemaFaepa



@sistemaFAEPA



@sistemafaepa



www.sistemafaepa.com.br



Agro forte. Pará forte

**Anúncio
Copinore
(chega quinta)**